



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 58

Sessão Ordinária Abril

2.º Reunião em 23/04/2021

Aos vinte e três dias do mês de Abril do ano dois mil e vinte um, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no Grande Auditório do Centro de Congressos de Aveiro, em Aveiro, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Manuel Souto de Miranda, secretariado pela Primeiro Secretário Maria Arminda Rodrigues Sousa Correia, e pela Segunda Secretário Daniela Marisa Pereira de Magalhães, e com a presença dos Vogais, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Filipe Nuno Pereira Fernandes Tomaz, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Casimiro Simões Calafate, Maria da Glória Oliveira Gomes Neto Leite, Francisco José da Silva Ferreira, João Carlos Jerónimo Monteiro de Barros, Catarina Marques da Rocha Barreto, Nelson Alexandre Dias dos Santos, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Firmino Marques Ferreira, Nuno Frederico Miranda Leite, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Carlos Mário Magalhães Anileiro, Ana Cláudia Pinto de Oliveira, Miguel António Costa da Silva, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Carlos Francisco da Cunha Picado, Ana Maria Pinho de Seça Neves Ferreira, Jorge Miguel da Rocha Gonçalves, Marília Fernanda Correia Martins, Fernando Manuel Martins Nogueira, Sara Sandra Resende Tavares, Manuel Vieira dos Santos, João Miguel Moniz Laranjeira Silva, Rita Alexandra Monteiro Batista, Filipe Seça Neves Barbado Guerra e Rui Carlos Medeiros Alvarenga.⁰⁰¹

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Nesta reunião da sessão, faltou o Presidente de Junta de Freguesia, António Augusto Cruz de Aguiar.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara José Agostinho Ribau Esteves, o Vice-Presidente Jorge Manuel Mengo Ratola, os Vereadores Ana Rita Félix de Carvalho, João Filipe Andrade Machado, Luis Miguel Capão Filipe, Maria do Rosário Lopes Carvalho, Manuel Oliveira de Sousa e Joana Fonseca Valente. Faltou o Vereador João Francisco Carvalho de Sousa.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião da Sessão dos vogais, Joana Filipa Ramos Lopes, Fernando Sérgio Ferreira Carvalhal, Nuno Manuel Marques Pereira, e Virgínia Maria Melo Matos, pelos sucedâneos nas listas de candidatura, respectivamente, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Ana Cláudia Pinto de Oliveira, Jorge Miguel da Rocha Gonçalves, e João Miguel Moniz Laranjeira Silva.

Os sucedâneos nas listas de candidatura, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Emilia Cristina da Cunha Gonçalves, António Alberto Rodrigues Santos Ferreira Neto, Eduardo Gonçalo Silva Antunes, Andreia Patricia Pereira da Fonseca, pediram escusa.⁰⁰³

Também e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que o Presidente de Junta de Freguesia Henrique da Rocha Vieira, se fez substituir nesta reunião da Sessão por Nuno Frederico Miranda Leite.

Foram efetuados o reconhecimento de poderes.

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia, deu nota dos restantes pontos da “Ordem-do-Dia” constantes da convocatória da sessão ordinária de Abril:

Ponto 2 – Apreciação e votação da prestação de serviços de Auditor Externo - Revisor Legal de Contas do Município de Aveiro;

Ponto 3 - Apreciação e votação do Relatório de Gestão, Prestação de Contas, Balanço Social e Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respetiva avaliação, de 2020, da Câmara Municipal de Aveiro;

Ponto 4 – Apreciação e votação da revisão da taxa de juro do contrato de empréstimo de assistência financeira do Município de Aveiro;

Ponto 5 – Apreciação e votação da adesão à AIC – Academia Internacional de Cerâmica;

Ponto 6 – Apreciação e votação da adesão à Associação Europeia de Festivais / European Festivals Association (EFA);

Ponto 7 - Apreciação e votação protocolo de acordo de colaboração para a construção de uma urbanização em regime de Contrato de Desenvolvimento Habitacional (CDH);

Ponto 8 - Apreciação e votação da Proposta de Recomendação: Por compromissos do município com a conservação da natureza e da biodiversidade;

Ponto 9 - Apreciação e votação das Moções:

a) **Pela inclusão de indicadores de conservação da natureza e da biodiversidade nos planos de cogestão das áreas protegidas;**

b) **Pela proteção dos sapais e pradarias marinhas da Ria de Aveiro e a sua inclusão nos instrumentos de política climática;**

Ponto 10 - Apreciação e votação da Proposta de Recomendação: Criação de Hortas Urbanas/Comunitárias no Município de Aveiro;

Ponto 11 - Apreciação e votação da Moção: Constatação, Tristeza e Pesar, pelo Passivo do Governo do Partido Socialista em relação às obras que são necessidades prementes em Aveiro e para os Aveirenses — reivindicando a ação urgente e consequente do Governo nos assuntos acima referidos.

(As intervenções, nos termos regimentais, tem como suporte gravação áudio.)

Ponto 2 – Apreciação e votação da prestação de serviços de Auditor Externo - Revisor Legal de Contas do Município de Aveiro.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião extraordinária pública, realizada em 31/03/2021, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta).

De seguida o Presidente da Mesa⁰⁰⁴ deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação dos documentos em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁰⁵

"Muito obrigado. Boa noite a todos. De forma muito sumária dizer que temos tido uma competente prestação de serviços do nosso revisor oficial de contas. Num momento e num processo complexo em termos técnicos e difícil. E portanto aquilo que está e a proposta, a competência é da Assembleia Municipal, para continuarmos a ter o mesmo prestador de serviços nesta área dado esse bom histórico e na perspectiva de continuarmos a ter da sua parte essa competência e essa dedicação. Obviamente ainda temos trabalho de continuidade para executar, nomeadamente nos mapas respeitantes ao nosso programa de ajustamento municipal. E portanto é a proposta que aqui está de continuarmos a ter a mesma continuidade na prestação destes serviços de revisão legal de Contas do nosso município. Muito Obrigado."

Membros da Assembleia

Vogal Rui Alvarenga (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁰⁷

"Muito breve. Concordamos com a questão da continuidade. Parece-nos que no momento não faria nenhum sentido fazer alteração deste género. E portanto estamos de acordo que esta entidade prossiga o seu trabalho numa forma de continuidade que tem vindo a desenvolver e portanto vamos obviamente aprovar esta proposta. Obrigado."

Vogal Filipe Guerra (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁰⁸

"Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimos Senhores deputados, Senhor Presidente de Câmara e demais Vereadores, e demais presentes.

Esperei para ver se na intervenção inicial do Senhor Presidente da Câmara aparecia um pedido de desculpa à Assembleia pela forma atabalhoada e suscetível de dúvidas como esta proposta foi apresentada e desenvolvida! Tal como previa tal não aconteceu.

À semelhança do que tanta vez já aconteceu, o Presidente da Câmara não demonstrou preocupação pelo futuro das propostas que aqui traz. O que não é nada positivo para o exercício do poder democrático instituído, para aquilo que é a aferição do estilo do Senhor Presidente da Câmara.

Esta proposta do Revisor (deixo este parenteses), não tem a ver com a proposta do Revisor em Si. É um Revisor que tem trabalhado, que tem feito um trabalho que nos parece positivo, aliás naquilo que indica no ponto 3, deixa lá um conjunto de reservas bastante importantes. Mas consideramos atabalhoada e suscetível de dúvidas esta proposta da Câmara.

Os serviços camarários informaram mais do que atempadamente a necessidade de resolver o problema do fim do contrato do ROC. A data da informação proposta da DAG é de 4 de janeiro, mais de um mês antes do fim de contrato a 7 de Fevereiro! Apenas 78 dias depois, a 23 de Março, é outorgado o contrato.

A proximidade da data da outorga de 23 e da assinatura da Certificação Legal das Contas pelo ROC a 29 de Março, não é, no mínimo, elegante! Não bastará ser sério também é necessário parece-lo.

O presidente da Câmara teve todo o tempo para que assim não fosse, mas foi. Agora com a gravidade acrescida de termos nas nossas mãos documentos de Contas redigidas por um ROC que não estava na altura nomeado para tal.

Como bem consta da informação à Assembleia «O auditor externo, responsável pela certificação legal de contas, é nomeado por deliberação do órgão deliberativo, sob proposta do órgão executivo, de entre revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas».

Como não bastasse a confusão que já estava estabelecida a Câmara decidiu criar mais uma, absolutamente desnecessária. Apesar de a outorga irregular do contrato pela Câmara, ela foi feita textualmente, com efeitos retroativos reportados a 8 de Fevereiro.

Ora, na proposta que aqui temos para votação pela Assembleia, não há qualquer retroatividade. Aprovada nos termos que está começará a fazer efeitos apenas após a data de aprovação em minuta. Tudo o que está para trás, nomeadamente a certificação das contas de 2020, não tem validade legal.

Chamo em particular a atenção do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, para o facto de que em nenhum momento da proposta da Câmara está implícita ou explícita a retroatividade da deliberação, pelo que restam dois caminhos.

Se a proposta for votada e aprovada como está, o processo de aprovação das Contas ficará de imediato comprometido. Teremos que aguardar que o processo de revisão e certificação seja replicado para uma data válida.

Resta a devolução à Câmara para reformulação da proposta — só a Câmara o pode fazer. E depois nova apresentação à Assembleia para que o processo possa prosseguir.

Qualquer outra coisa será distorcer a Lei e o funcionamento da democracia no respeito por este órgão e pelos órgãos competentes.

Esta intervenção do PCP vale para este ponto e para o seguinte. E naturalmente nos termos em que a fizemos também nos abstermos de qualquer responsabilidade em relação àquilo que será a discussão e votação do ponto seguinte. Disse."

Vogal Pires da Rosa (PS) — Nos termos do artigo 30.º do Regimento:⁰⁰⁹

"Senhor Presidente o ponto de ordem à Mesa é relativamente simples. Face à intervenção do PCP, qual é a interpretação da Mesa pelas questões levantadas pelo PCP e que podem eventualmente inviabilizar ou não a discussão do que estamos a fazer aqui hoje."

Presidente da Mesa:

"O Senhor Presidente da Câmara no seguimento das intervenções dará as suas explicações e logo veremos."

Vogal Rita Batista (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹⁰

"Senhor Presidente, independente do que já foi dito aqui estamos a deliberar sobre um serviço contratualizado pela Câmara que mais uma vez insiste no modelo de ajuste directo! O Bloco de Esquerda considera por uma questão de transparência que esse tipo de contratações deve ser através de concurso público. Quem não deve não teme. A informação deve ser clara tanto na explicação de quem concorre, com que condições, e só daí podemos aferir se está de acordo, se foi feita a melhor opção. Sendo o argumento dum prestador de serviço que fez um bom trabalho antes, não nos parece suficiente para garantir a transparência do processo."

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹¹

"Obrigado Senhor Presidente. Boa noite a todos. Relativamente a este ponto nós subscrevemos a proposta que nos é apresentada pela Câmara. Relativamente ao que foi dito antes saberão que a actividade do Revisor de Contas é extremamente escrutinada. Parece que se tenta até por em causa a qualidade técnica e a honorabilidade do Revisor de Contas. E parece-me que esse caminho não será o mais correcto. Nós acompanhamos a proposta da Câmara e se houver explicações do Senhor Presidente cá estaremos para as ouvir. Muito obrigado."

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[012](#)

"A bancada do PSD subscreve e acompanha a proposta do Senhor Presidente da Câmara."

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[013](#)

"Senhor Presidente muito obrigado. Obviamente que uma matéria desta que vem aqui tem especial cuidado. Todas têm. Mas esta por maioria de razão. Por um lado o Filipe elogia o ROC pelo seu trabalho positivo, mas nesta matéria o mesmo ROC que obviamente está em linha como não poderia deixar de ser, com a proposta que aqui está, aqui já não é bom!

Já não está a ser legal. Portanto tenha a tranquila consciência, embora votará como bem entender, que a proposta que trazemos aqui é uma proposta legal, temos isto de uma forma absolutamente sólida e tranquila, e sempre lembrando que aquilo que vamos fazer no ponto seguinte que é uma apenas uma tradição que instituímos na Assembleia e que eu acho muito bem de votar as Contas é uma opção política porque a Assembleia não tem que votar. O que está na Lei é apenas "apreciar". Mas e tanta gente entendemos que "apreciar" tem de ter uma conclusão a qual concluímos com uma votação. Portanto para o processo de gestão da Conta seja junto da DGAL ou do FAM por causa da nossa saída do programa de ajustamento municipal, seja depois o processo normal de avaliação e da análise e avaliação do Tribunal de Contas, estamos obviamente tranquilos pelo trabalho dos responsáveis, que temos como muito responsáveis, os nossos serviços financeiros, os nossos serviços jurídicos, o nosso ROC, estamos muito tranquilos.

Aliás, como compreenderão, a Conta que aqui trazemos nestes documentos eu sou sempre o responsável, obviamente. Mas não me estão a ver a mim saber se a Conta está certa. E seguramente nenhum de vocês pegou na máquina de calcular para saber se a Conta está bem ou está mal.

Portanto há qui patamares de responsabilidade como é evidente e os mecanismos normais da responsabilidade, agregada à confiança uns nos outros porque senão não é possível viver.

Portanto Filipe, com todo o respeito, saiba que da nossa parte o que levámos à Câmara e o que trazemos à Assembleia Municipal está para nós absolutamente enquadrado naquilo que são as normas regulamentares e as normas legais, porque se assim não fosse nem sequer os serviços me entregariam a proposta quanto mais eu próprio assinar ou a Câmara aprová-la e trazê-la aqui. Portanto saiba disso.

Obviamente que sou eu o responsável por tudo. Nomeadamente as questões de prazo que referenciou, sou eu o responsável. Mas sabe que nestas coisas do processo administrativo nem sempre tudo corre como nós queremos. Mas eu sou sempre o responsável. Agora a cobertura do trabalho do nosso ROC é total e o primeiro garante disso é ele próprio. Porque obviamente nunca na vida eu poria em causa a sua credibilidade ou carreira. Ele é parte do processo que aqui está no ponto 2 e do outro processo que está no ponto 3, como é evidente. Portanto deixar esta nota de confirmação da proposta que cá trazemos e uma palavra de tranquilidade à Assembleia Municipal, embora cada um fará aquilo que muito bem entender no que respeita à votação. E de resto os que me deram apoio muito obrigado."

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[015](#)

"Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimos Senhores deputados, Senhor Presidente de Câmara e demais Vereadores. Eu não coloquei em causa,

de nenhuma forma, quer o procedimento de ajuste directo (não tenho a ver com isso), nem a idoneidade, qualidade técnica, do trabalho do ROC. Nada disso. Até prova em contrário quem sou eu para duvidar da qualidade técnica desse trabalho, não é a minha área de formação. Quando o PCP aqui coloca a questão não é o problema de natureza outra que não esta. Tem a ver com a forma administrativa e os prazos e os tempos como isto aqui vem apresentado. E o problema nem é tanto este ponto 2 é o documento que vamos analisar a seguir no ponto 3. O Documento do ponto 3 está assinado por um ROC que deveria ter sido indicado por esta Assembleia Municipal. E esta Assembleia não o fez! Aqui a questão é essa. Pronto outros dirão o contrário, com certeza. Mas do ponto de vista daquilo que é a idoneidade política e o amor-próprio desta Assembleia que deve ter consigo própria. E nisto o PCP deixa já claro que não participa em apoucamento desta Assembleia.

Portanto votar umas Contas apresentadas por um ROC que devia ter sido designado como está prestes a sê-lo agora pela Assembleia, naturalmente cada um terá a consciência política que quiser.

O Senhor Presidente de Câmara faz isto porque sente que tem uma maioria disponível para isto, sem dúvidas. Mas de facto é a questão que nós colocamos. Tem a ver com a natureza administrativa e processual que confere a idoneidade política ao acto.

A idoneidade legal, nós isso aguardaremos. Tenho dúvidas, as maiores reservas. E é isto que tem de ficar claro. O nosso problema é este não é em relação ao ROC ser o senhor A ou o senhor B. Tenho dito."

Vogal Rui Alvarenga (PAN)⁰¹⁶

Vogal Raúl Martins (IND)⁰¹⁷

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara⁰¹⁸

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa colocou à votação⁰¹⁹ o Ponto 2 – Apreciação e votação da prestação de serviços de Auditor Externo - Revisor Legal de Contas do Município de Aveiro, sendo a proposta aprovada por maioria, com trinta e dois votos a favor (PSD16+CDS6+IND1+PS8+PAN1), duas abstenções (PS1+PCP1), e dois votos contra (BE2).

Seguiram-se as declarações de voto:

Vogal Filipe Guerra (PCP):⁰²⁰

"Senhor Presidente, eu gostaria de deixar todas as minhas intervenções e acrescentaria duas notas finais.

A primeira para dizer ao Senhor Presidente de Câmara que naturalmente que o ROC não deve estar preocupado com o regimento da Assembleia Municipal. O ROC fez legalmente o que lhe pediram. Essa questão de que o ROC está correcto porque até fez, não é verdade. Pois com certeza que fez, mas não é isso que o vincula legalmente.

Gostaria de dizer por último que em função das considerações que fizemos neste ponto nos abtemos de participar na discussão do ponto 3 porque não nossa opinião a mesma não devia ser realizada hoje, deveria ser realizada oportunamente conforme aquilo que já dissemos neste ponto."

Vogal Rita Batista (BE):⁰²¹

"Senhor Presidente o Bloco de Esquerda vota contra porque discordamos do método. Um ajuste directo implica apenas um concorrente a um serviço. Um concurso público implica

vários concorrentes com as mesmas competências técnicas, onde são apresentados vários valores onde depois é escolhida a melhor solução. Por ser um serviço técnico não podemos aceitar que um ROC poderia fazer um melhor serviço do que outro nas mesmas condições. Apenas dizer que ajuste directo é diferente de concurso público e pelas declarações do Presidente da Câmara nós não podemos acompanhar a definição que aqui nos deixou."

De seguida o Vogal Francisco Picado solicitou um Ponto de Ordem à Mesa.

Vogal Francisco Picado (PS) — Nos termos do artigo 30.º do Regimento:⁰²²

"Muito obrigado. O ponto prévio à Mesa vem na sequência da interpelação feita pelo PCP no ponto anterior. E sobre o qual eu não vejo manifestamente nenhum problema relativamente aquilo que se colocou no ponto anterior.

Relativamente àquilo que vamos discutir agora no ponto, eu gostaria de fazer uma pergunta à Mesa para perceber se podemos ou não avançar com a discussão. A Certificação Legal de Contas está assinada com data de 29 de Março de 2021. E a pergunta é muito simples. A esta data o Revisor Oficial de Contas que assinou a certificação legal de contas estava ou não investido de autoridade contratual para o fazer?"

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²³

"Absolutamente sim. Ponto, parágrafo."

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do artigo 30.º do Regimento - Interpelação à Mesa:⁰²⁴

"Uma pergunta rápida. Se por acaso o concurso público ou outra forma qualquer, a Câmara tivesse escolhido um outro Revisor de Contas, quem é que assinava as Contas do ano de 2020?"

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²⁵

"Eu até me riu! A pergunta é um absurdo. Só se a Câmara estivesse tolinha é que numa altura de Janeiro, Fevereiro, Março, de um ano novo, em que está a tratar das Contas anteriores, mudasse de ROC! O que diria então a nossa oposição? Vocês estão a mudar de ROC porque o ROC anterior sabe de umas coisas esquisitas e estão a ver se escondem as coisas esquisitas. Portanto deixo-lhe assim a resposta: seria um absurdo nós no início de um ano onde se preparam as Contas, nós mudarmos de ROC. O ROC que veio aqui diariamente, trabalhou connosco, etc, etc. Lembrem-se que os próprios relatórios trimestrais ao FAM têm que ter a avaliação do ROC. Então e nós agora chegávamos aqui à Assembleia a dizer mudámos de ROC. O que se diria se nós mudássemos de ROC. Portanto é plausível, é. Mas lógica do bom-senso seria do mais absurdo, deixem-me dizer assim."

Ponto 3 - Apreciação e votação do Relatório de Gestão, Prestação de Contas, Balanço Social e Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respetiva avaliação, de 2020, da Câmara Municipal de Aveiro.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião extraordinária pública, realizada em 31/03/2021, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta).

De seguida o Presidente da Mesa⁰²⁶ deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação dos documentos em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²⁷

"Bem eventualmente estes mecanismos administrativos de tentar perturbar o ponto 3 tem a ver com a importância do Ponto 3.

Nós vivemos hoje na nossa Assembleia Municipal um verdadeiro momento histórico da maior importância para o nosso município e para os cidadãos. É isso que está em causa. Aquilo que diz este conjunto de documentos, que obviamente relatam aquilo que aconteceu no ano, com a mais absoluta verdade. E obviamente o que se faz aqui é a apreciação política normal daqueles que acham que a actividade merece um balanço político e outros que acharão coisa diversas.

Mas aquilo que está aqui verdadeiramente em causa, além dos documentos que contam com verdade aquilo que foi o ano de 2020, quero deixar esta nota.

Ponto um. Foi um ano excelente, de actividade muito intensa, naquilo que eram os dois objectivos centrais para o ano. Primeiro a consolidação da recuperação financeira da Câmara. Segundo o desenvolvimento de um conjunto vasto de investimentos que ao longo do ano tiveram vários formatos. Projectos, concursos, adjudicações, obras, eventos, etc.

Aconteceu que logo no início do ano de 2020, ao terceiro mês, surgiu um novo objectivo. Foi e que ainda infelizmente ainda é o combate à pandemia do Covid-19.

Portanto aos dois objectivos que tínhamos fixado quando aprovámos aqui as Grandes opções do Plano e Orçamento para 2020, somou-se um terceiro que obviamente não cabia na cabeça de nenhum de nós.

E portanto somámos aos dois objectivos que estavam traçados que foram executados com grande qualidade e com grande dimensão ao longo do ano, somamos-lhe este 3.º objectivo de estarmos na linha da frente de combate à Covid 19 com tudo aquilo que foi necessário. Meios financeiros, disponibilidade institucional, apoio aos nos parceiros quaisquer que fossem eles, que numa primeira fase precisaram muito do nosso apoio. Os próprios organismos do Estado Central, como agora ainda precisam. Como sabem foi a Câmara que facultou as instalações para o nosso centro de vacinação, mas ao nível da cooperação normal porque devemos estar obviamente disponíveis com todos os recursos.

E pronto também em despesas excepcionais adicionais e esse foi o terceiro objectivo que somamos aos dois que estavam porque este terceiro como sabemos ninguém o previa e não tem uma palavra no orçamento de 2020.

Esta é a primeira nota e que está no relatório na introdução ao documento de gestão e que nós caracterizamos com uma nota de balanço muito positivo naquilo que foram estas três frentes de trabalho muito intenso da nossa Câmara Municipal.

A segunda nota é objectivamente aquilo que faz história. É de facto com esta Conta criarmos as condições para a nossa Câmara Municipal retomar a sua plena autonomia.

Portanto quando nós conseguimos neste ano obviamente depois das Contas fechadas a 31 de dezembro, termos uma execução financeira que permitiu reduzir a dívida total em cerca de 15 milhões de euros — o que quer dizer em termos de percentagem do valor total da dívida uma redução de 16%.

Verificada essa realidade com aquilo que foi o exercício da nossa Despesa e da nossa Receita, nós conseguimos trazer a dívida total da nossa câmara e do universo municipal, que junta à câmara as entidades em que nós participamos, que não só a Aveiro-expo, obtivemos este valor final da dívida em 78,8 milhões de euros.

Na conjugação deste factor a dívida da dívida total com a Receita nós baixamos, ultrapassámos o rácio da lei de 1.5 entre estes dois factores (dívida total sobre receita

corrente) e atingimos já neste ano 2020 o valor de 1.4 de rácio. O que é de facto algo muito importante.

Relembro que me 2014 esse valor (na conta de 31 dezembro de 2013 quando tomámos posse) este rácio era de 3.42! E nós fomos ao longo deste período de tempo fomos sempre baixando gradualmente este valor. Ele foi de 3.03 no ano de 2015; 2.06 no ano de 2016; 2.64 em 2017; 2.07 no ano de 2018; 1.76 no ano de 2019 e agora este 1.4 em 2020.

Poderíamos ter feito mais rápido? Sim. Poderíamos ter feito mais lento? Sim. Aquilo que estava na primeira versão do programa de ajustamento municipal era atingir este número em 2024 e depois quando fizemos a revisão do nosso programa fixámos esse objectivo para 2021. Portanto iria acontecer apenas no ano de 2022.

Mas sempre vos disse que se as condições se mantivessem no nível de gestão que implementámos na nossa Câmara, poderíamos vir a antecipar essa data objectiva. Foi isso que aconteceu.

E é isto que é muito importante. Sem perturbar nenhum dos outros dois objectivos. Não perturbamos esta fase que vamos continuar a viver de grande investimento por parte de Câmara Municipal — essa componente não foi perturbada um milímetro. E a outra componente que é a da disponibilização financeira par o combate ao Covid-19, portanto sem perturbar num euro essas duas frentes, nós conseguimos antecipar a data do objectivo do alcançar deste valor.

Qual é a importância deste valor? O valor está na Lei e ele marca aquilo que é a fronteira de um município que estando acima está em desequilíbrio financeiro e passa a ter de cumprir um conjunto de limitações à autonomia da sua gestão.

E estar abaixo desse ratio de 1.5 quer dizer em termos legais estar liberto desses constrangimentos.

Há ainda uma coisa que é importante dizer que é e normalmente eu faço a analogia com o um ser humano quando tem a sua autonomia, ganhar esta autonomia, tem o seu desconforto. Nós tivemos até se dar a cessação do contrato de ajustamento municipal, nós tínhamos protecção legal numa série de questões. Por exemplo uma muito importante são os limites de endividamento. Nós Câmara de Aveiro não estávamos obrigados a cumprir um preceito legal muito rigoroso e muito exigente dos limites de endividamento que estão definidos para cada Câmara porque estávamos sobre o programa de ajustamento municipal. Olhem é o que fazemos a alguém que está doente que é ajudá-lo. E portanto uma pessoa doente não tem as obrigações que uma outra. Portanto é ajudada.

E o que vai acontecer agora aqui é que esta situação de ganho de autonomia a Câmara passa a estar exposta a todas obrigações legais normais.

E hoje quando falo com alguns colegas meus e falamos muito designadamente os presidentes de Câmara que estão no grupo do FAM (municípios FAM) muita das vezes a discussão está aqui. Para que é que havemos de antecipar. Para nos expormos? Não é melhor manter este colinho, deixem-me dizer assim, para não nos expormos às outras condicionantes.

Obviamente isto é como tudo na vida. São as dores do crescimento. Nós precisamos de crescer por muito que seja confortável ser criança. Mas são as boas dores do crescimento.

Portanto este passo que a Câmara dá de reconquistar a sua autonomia política e financeira e institucional tem esse ganho de responsabilidade. E que nós assumimos de forma muito tranquila e muito feliz. Porque é muito bom chegar aqui.

Entre muitas outras coisas a Câmara passa a ter a capacidade de tomar as decisões que bem entender. Por exemplo à sua factura fiscal, aos impostos. Por exemplo aos empréstimos bancários. Hoje não podemos contrair um empréstimo bancário. Hoje para baixar o IMI temos de pedir autorização ao FAM. Nós hoje para isentar a taxa de licenciamento de uma

indústria que se queira cá instalar nós temos de ter autorização do FAM, etc, etc. Tudo isso terminará no dia em que cessar o programa de ajustamento municipal.

E o que é que falta para cessar? Já começamos as interações informais como é lógico com o FAM e com a DGAL, e obviamente agora que a Câmara aprove a Conta, é preciso este trabalho, mas como sabeis a DGAL e o FAM não precisam de saber o que é que aconteceu na Assembleia Municipal em relação à Conta. Porque aquilo que fazemos aqui é uma apreciação política meramente. Toda a responsabilidade daquilo que é o documento fica no órgão executivo e obviamente nas componentes do ROC que são parte deste processo.

Portanto estamos a trabalhar. E obviamente a partir de segunda-feira estaremos a comunicar à DGAL e ao FAM que está cumprido o passo de apreciação pela Assembleia Municipal, e iremos então desenvolver todo o resto do trabalho que é primeiro junto da DGAL que é quem valida o valor da Dívida dos 78,8 milhões. E como sabeis a DGAL nem precisa do nosso relatório porque todas as câmaras do país mensalmente têm de pôr a informação num portal sobre a situação financeira da Câmara. Temos agora um pequeno problema que é público, embora não seja do conhecimento geral, esta é a apresentação de Contas com o novo sistema de contabilidade. Obviamente todas as câmaras fizeram as adaptações exigidas pelo governo, mas aconteceu um acidente na DGAL. A DGAL atrasou-se na aquisição do novo sistema contabilístico SNC-AP. E atrasou-se devido àquelas questões normais do governo central, porque só o investimento de adaptação da plataforma de inserção de contas da DGAL custou 600 mil euros. E como é normal as Finanças demoraram mais de um ano a dar autorização de compra para terem a sua plataforma adaptada ao novo sistema.

Conclusão ridícula, nós câmara já estamos com o novo sistema e a DGAL não está. O que quer dizer que nós para tirarmos o documento que temos de enviar depois ao FAM a dizer qual é a Dívida da Câmara, se tudo fosse como foi até dezembro do ano passado, era um exercício de minutos supre simples. Como o portal nesta componente de informação e muitas outras está em baixo, diz-nos a Directora Geral Sónia Ramalhinho, só vai estar operacional no final do primeiro semestre deste ano.

E portanto nós vamos ter de comunicar e eles é que vão ao sistema e depois tem de o tramitar sem ser de forma automática.

Mas eles têm já toda a informação da nossa Conta. Apenas a nossa conta validada pelos órgãos municipais tem um peso jurídico fundamental para que o processo siga o caminho.

Terminado esse passo com a DGAL esse tal documento é entregue ao FAM que com as nossas Contas e com o documento da DGAL confirma que nós baixámos do tal rácio de 1.5 e aciona o tal processo de cessação de contrato de ajustamento municipal. Há uma minuta que depois irá à Câmara Municipal, mas ainda há uma dúvida se terá de vir aqui à Assembleia ou não. Se tiver que vir vem. E com aprovação desse documento e com a sua assinatura cessa o programa de ajustamento municipal e nesse dia a Câmara retoma a sua autonomia.

O que fica é um outro contrato que temos com o FAM que é o contrato do empréstimo. Esse é muito importante para a nossa gestão porque é um empréstimo que em vez de ser com um banco é com o FAM, e com taxas mais baixas. Mantemos esse contrato que aqui aprovámos de pagamento de amortizações e juros, cumprindo as nossas obrigações e obviamente a Câmara continuará com o acompanhamento do FAM, mas será um acompanhamento normal que a DGAL faz às Câmaras todas.

Se um dia a nossa Câmara ou qualquer outra se voltar a despistar como se despistou, a entidade que lança o alerta é a DGAL. Porque a informação financeira é lá colocada e actualizada mensalmente.

Portanto é com um gosto muito grande que nós trazemos estes documentos à Assembleia Municipal. Com esta nota que quero deixar de profundo agradecimento a toda a gente, que

é muita gente, que fez parte deste processo, começando obviamente pela equipa que liderei nestes anos na Câmara, especialmente na nossa equipa financeira, no Dr. Carlos Dias Chefe de Divisão, e na equipa da Divisão de apoio jurídico, que teve nisto sempre uma participação muito importante, chefiada pela Dr.^a Telma numa fase e mais recente pela Dr.^a Ana Rangel e obviamente agradecer a todas as equipas, toda a dedicação que foi muito mais da normal dedicação que os técnicos têm de ter à sua entidade. Ela foi muito mais que o normal e por isso atingimos a excelência.

Obviamente agradecer a todas as entidades, das 1.200 a quem devíamos dinheiro. Souberam esperar por nós. Mas sempre com a minha crítica à EDP, essa grande instituição que é faminta de dinheiro, não nos perdoou um tostão de juros. Todas as outras nos perdoaram juros. Portanto agradecer exceptuando a EDP toda a ajuda que nos deram, que além da espera, a ajuda objectiva, nomeadamente na dispensa de pagamentos de juros. Nós não pedimos a ninguém dispensa de pagamento de capital como a Lei nos permitia, nós entendemos não usar esse mecanismo.

Obviamente agradecer também a toda a equipa que lidero de eleitos, à minha equipa de Gabinete, agradecer ao Fundo, aos Autarcas da Assembleia Municipal, aos Presidentes de Junta toda a solidariedade, mais apoiante ou nem por isso, mas todos nos permitiram seguir este caminho com grande determinação, em razão daquilo que justifica a nossa existência, que são os destinatários de tudo aquilo que fazemos, que são os nossos cidadãos e que foram parte da conquista que hoje aqui assinalamos com particular felicidade.

Fizemos isto em 7 anos. É um tempo record. Nenhuma Câmara em Portugal consegue resolver um problema desta natureza em 7 anos. Vamos ser durante muito tempo a única a sair do Programa de Ajustamento Municipal, e por isso para mim foi uma grande honra e um enorme gosto ter liderado este processo. Hoje, como Presidente de Câmara, após estas notas que faltam, farei a cessação do contrato do ajustamento municipal, sinto-me hoje um Presidente mais capaz por ter liderado uma instituição que liberta de alguns constrangimentos que ainda são importantes, reganha a plena liberdade nesta ambiência que estamos da comemoração do 25 de Abril. A nossa instituição vai voltar a ter plena liberdade.

E da minha parte eu estimularei o meu sucessor (eu próprio ou outro qualquer) para manter o rigor das Contas municipais. Prosseguir a redução da dívida porque esse percurso é muito importante. A Câmara de Aveiro continua com dívida a mais.

Estes 78.8 milhões de euros para uma Câmara como a nossa é dívida a mais.

Temos de continuar a reduzir o montante total da nossa dívida ao mesmo tempo que teremos de continuar com uma grande dimensão no investimento e também a combater o Covid-19 naquilo que seja preciso e dar esse nosso contributo.

Portanto nós todos somos autarcas, servimos o nosso município cada um na sua função, vivemos de facto hoje um momento muito importante, apenas o temos de viver em boa condição, na diversidade das posições como é evidente viva a democracia, mas fundamentalmente na responsabilidade de gerir bem e sempre com este equilíbrio para que a nossa Câmara não se volte a despistar da forma muito grave como o fez. A nossa responsabilidade era assumir a herança e cuidar de resolver. E ela aqui está cuidada. Hoje temos uma Câmara na ambiência de retomar a sua plena autonomia, com uma dimensão de investimento brutal e na linha da frente no combate à pandemia. E é assim que vamos continuar seguramente nos próximos meses naquilo que resta do nosso mandato autárquico até outubro e é minha profunda convicção que assim continuará nos anos próximos.

Muito Obrigado."

Membros da Assembleia

Vogal Rita Batista (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²⁹

" Senhor Presidente, anuncia-nos aqui com grande pompa o repor do rácio da dívida abaixo de 1.5, quando na verdade esse valor era expectável pelas políticas em vigor muito antes do Plano de Ajustamento Municipal estar activado, já os impostos em Aveiro estavam no máximo. Relembro-lhe até que durante a campanha eleitoral de 2017 quando o BE o confrontou que essa realidade, que o rácio da dívida seria alcançado muito antes daquele que o Senhor Presidente defendia. Desmenti-nos na altura para agora nos dar razão. Estamos exactamente onde o BE disse que estaríamos ao fim deste tempo.

Agradeceu a tanta gente e parece que esqueceu o que representou estas suas políticas de austeridade brutal para a população aveirense. Têm sido anos de impostos todos no máximo, têm sido anos de serviços públicos mínimos e cada vez mais ineficientes e com menos resposta às necessidades da população em Aveiro. Temos uma acção social claramente insuficiente e que o Senhor Presidente da Câmara parece não querer dar resposta, como nos disse na última reunião. Parece que é a acção social o que faz crescer o endividamento da Câmara e não por exemplo 12 Milhões para um parque de estacionamento ou que é dado nesta altura de crise a transportes de privados, o que não acontecia quando os transportes eram públicos.

E parece também completamente alheio à habitação e ao problema da habitação e o vazio de respostas nessa área.

Portanto se para si é um dia de regozijo para a maioria da população é um dia de se questionar porque é que chegamos a este momento sabendo que isto era previsível. As últimas GOPs antecipavam que se atingiriam este rácio por que é que se mantiveram os impostos todos no máximo, nomeadamente o valor do IMI.

Se era previsível esta situação, se há esta folga de 52 Milhões de euros, por que é que temos pessoas em carência, nomeadamente com dificuldades de pagar contas, pagar rendas, quando poderia estar instituída a tarifa social da água. Mas para essa discussão o Senhor Presidente não está disponível.

E portanto para nós não é um dia de celebração. É um dia de lembrar que cave ao executivo em Aveiro ter acção social. Ter uma função social neste momento de crise pandémico. Portanto quando temos funções sociais como despesa total 70 milhões e um nível de execução de 13% questionamo-nos se a situação está melhor. Se temos uma folga de 52 Milhões porque é que temos taxas de execução nos 13%? Ou uma dotação de 6 mil euros em acção social! Acha isto um número aceitável para a realidade que vivemos? E desses 6 mil euros ter executado 0%. Ter para habitação uma dotação de 6 Milhões e haver um nível de execução de 11,85%? A nós parece-nos claramente insuficiente.

Mas depois vamos à Receita e temos IMI 19,7 Milhões com taxa de execução 94%. Taxas execução 78%. Portanto parece-nos que este executivo tem uma forma muito sagaz de saber onde está a receita e depois aplicar pouco na vida das pessoas, nas necessidades das pessoas que vivendo um contexto de pandemia, deixa muito aquém a acção desta Câmara e deste executivo."

Vogal Raúl Martins (IND)⁰³⁰

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³¹

"Muito obrigado Senhor Presidente. O Relatório de Gestão e Contas da CMA referente a 2020 é, sem dúvida, o documento mais importante apresentado à Assembleia Municipal durante este mandato.

Com efeito, as Contas de 2020 da Câmara Municipal de Aveiro ficam marcadas pelo retorno ao equilíbrio financeiro, dado pelo rácio entre a dívida total e a receita corrente, o qual se situou em 2020 em 1.4, ficando assim abaixo do valor de 1.5, tido como necessário para as Contas serem consideradas equilibradas.

Ao atingir este valor, que irá permitir retomar a autonomia das decisões, com implicação financeira, a CMA está em condições de cessar o acordo com o Fundo de Apoio Municipal.

Este feito, porque é disso que falamos, ao analisar a progressão deste rácio nos últimos 8 anos, é atingido num ano atípico, com clara implicação do combate ao covid 19 nas contas municipais, seja através do aumento de despesa não prevista ou da diminuição inesperada de receitas. Mas este valor é também atingido sem que o investimento municipal tenha diminuído e com a dívida municipal a baixar significativamente.

Para além da diminuição de receitas provocada pelo COVID-19, é importante não esquecer que a CMA já tinha feito uma renegociação do Programa de Apoio Municipal, que teve, como consequência mais visível para muitos aveirenses, a diminuição da taxa de IMI com a consequente diminuição da receita municipal.

Também com implicação na receita municipal dos últimos anos, foi a diminuição da taxa de resíduos sólidos, igualmente importante para a diminuição da despesa de todas as famílias, que tendo como base o ano de 2014, já apresenta uma redução acumulada de 48%.

O argumento por vezes usado pela oposição de que esta gestão financeira de excelência por parte da CMA, apenas se deveu ao aumento da receita municipal fruto da actividade turística que ocorreu até 2019 e do aumento de taxas e impostos municipais, cai pela raiz quando se verifica o que sucedeu com os restantes municípios FAM.

Nenhum desses municípios chegou sequer à fase de renegociação do acordo com o FAM e muito menos sequer cessar o seu acordo.

Será porque nesses territórios e nos acordos com eles celebrados o FAM não exigiu o aumento das taxas municipais para o máximo?

Será porque, pelo menos nalguns deles, o turismo não é, como em Aveiro, uma actividade fundamental e, como tal, foram igualmente beneficiados pelo crescimento do turismo que ocorreu até 2019? É evidente que não.

A capacidade de gestão foi o factor diferenciador. E o CDS-PP sente orgulho em fazer parte da equipa que conseguiu atingir este patamar de recuperação financeira em tão pouco tempo sem que para isso tenha sido comprometido o investimento e o pagamento da dívida.

Não reconhecer esta realidade e votar contra estas Contas apenas irá demonstrar da parte de quem o fizer, que os seus conceitos de gestão municipal não privilegiam o investimento e o cumprimento das obrigações, pois das suas experiências de governação, o que resulta é o hábito de aumentar a despesa permanente sem critério, de cativar o investimento naquilo que é verdadeiramente importante, e de aumentar a receita através do aumento sistemático da carga fiscal, como se tem visto no governo da nação ao longo dos últimos 5 anos.

Em conclusão e para além do nosso voto favorável ao documento apresentado, damos os nossos parabéns ao Sr. Presidente da Câmara e à sua equipa pelo trabalho desenvolvido. Disse."

Vogal Francisco Picado (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[032](#)

"Muito obrigado Senhor Presidente. É claro que o Revisor Oficial de Contas (já que o Senhor Presidente não gosta do ROC) já está novamente contratado e podemos então discutir as Contas do município. Depois sobre a mudança do Revisor Oficial de Contas ali lida pelo Jorge Greno, vou deixar isso para mais tarde. Adiante.

Sobre as Contas. Gostava em primeiro lugar e porque nós temos assistido nestes dois mandatos uma posição dita quase cega, do lado da bancada da maioria, gostava de fazer uma primeira abordagem só para demonstrar que o partido socialista não é oposição por ser oposição.

Portanto a primeira nota de evidência que gostava de deixar aqui é para a qualidade do documento que nos foi apresentado. E portanto quando as coisas estão bem-feitas só obriga a oposição naquilo que é de direito, que é de o reconhecer.

Portanto primeira nota para dizer que de facto o documento está bem elaborado. Está elucidativo, está bem construído, e está com uma leitura onde é possível perceber um conjunto de coisas. E portanto não vou fazer comentário como no anterior em que quem vota a favor pensa assim e quem vota contra pensa assado. Esse é um exercício absurdo e tonto na democracia. O documento está bem feito, parabéns a quem o fez.

Só que este documento como bem sabemos tem duas vertentes. Tem uma vertente técnica que é a que eu aludia, está devidamente certificado pelo ROC que desempenha essa sua função de forma autónoma. Até colocou 5 notas de reserva na certificação, como tem de fazer.

Mas uma outra nota importante que importa aqui deixar é que ninguém do partido socialista colocou em causa o desempenho técnico do revisor oficial de contas. Não vale a pena tentar baralhar as pessoas — e foi isso que foi aqui feito. Portanto a questão tinha a ver com uma questão administrativa, adiante.

Do ponto vista político aí a estória é um bocadinho diferente. E é aí que nós divergimos. Excepto num aspecto. É que de facto também eu espero que este documento seja histórico. Não necessariamente por evidenciar o rácio que permite ao município sair do FAM, mas por esperar que seja o ultimo que seja apresentado sob responsabilidade deste executivo.

Portanto espero que efectivamente seja histórico por esse motivo. Aos aveirenses caberá decidir se se faz história ou não nesse aspecto.

O Senhor Presidente disse e bem que conseguiu ao fim deste tempo de mandato atingir o rácio que permitisse que o município possa sair do FAM. Nada de extraordinário! O PS como bem sabe perguntou-lhe várias vezes se não poderia ter antecipado este exercício. E o Senhor Presidente ainda à bocado reconheceu que sim. Aliás, se bem se recordam, há umas assembleias atrás não me respondeu a esta pergunta que não foi formulada desta forma, mas perguntando objectivamente de quanto é que precisava de ter montante disponível para sair do FAM. E portanto o Senhor Presidente praticamente a única coisa que elencou do relatório de contas que apresenta, que é o facto de conseguir sair do FAM. Vá lá coincidir com ano eleitoral, sendo que o PS já lhe tinha dito que o fizesse há mais tempo.

Pergunta qual seria a nossa opção. Pois a nossa opção seria ter saído do FAM mais cedo. Pergunta onde é que cortaria no investimento. Resposta em lado nenhum do ponto de vista quantitativo. Porque tem saldo suficiente para continuar a executar investimento e para continuar a combater a pandemia. Pois vamos lá ser francos ninguém adivinharia que viesse a acontecer. E portanto poderia ter saído do FAM em 2019 como bem sabe.

Importa também explicar aos aveirenses qual foi o resultado que atingiu, mas importa também justificar como é que chegou a esse resultado.

E aqui nós bem sabemos que há uma conjugação de factores. O Senhor à bocado só contou meia história. Contou que o facto de estar ao abrigo do FAM lhe permitiu. Agora importa falar do resto.

Em segundo lugar teve uma maximização de receitas ao longo de todo este período. Nomeadamente através duma fixação de carga fiscal no máximo. Esta deve ser a primeira nota característica de todos os seus orçamentos e todas as suas execuções em termos de exercício. E ao mesmo tempo, se teve uma taxa de execução elevada de receita, não basta

dizer que a tem, tem que a executar, a verdade é que do ponto de vista da despesa a taxa não foi tão simpática.

Ora se maximiza a receita e não executa, está-se mesmo a ver qual é o resultado e que é aquele que está aqui espelhado e que é de um saldo de gerência que nos últimos anos tem ultrapassado sempre os 50 milhões de euros.

E de facto, cabe-me aqui, bem sei que vai dizer, é bom sinal a oposição vir par aqui discutir o saldo e não discutir agora dívida.

Pois com certeza que é bom sinal discutir saldo e não dívida não fosse dar-se o caso de estarmos a falar do exercício de uma câmara municipal que não necessariamente de uma empresa privada. Obviamente se fosse uma empresa privada com fins lucrativos talvez o Senhor Presidente recebesse o prémio de gestor do ano pelos 17 milhões de resultados líquidos. Fica a pergunta de quantas empresas conhece com 17 milhões de resultados líquidos? Eu diria que eu não conheço nenhuma que tenha 17 milhões de resultados amealhados. Portanto a forma como chegou ao processo ou ao resultado, foi maximizando a receita e diminuindo a despesa, foi diminuindo o investimento, e é isso que lhe permite ter um saldo colossal para utilizar durante este ano.

Obviamente, reconheço, com este percurso conseguiu atingir o desiderato. Desiderato esse de sair do FAM e que o PS disse que era possível tê-lo feito muito antes.

Duas notas finais nesta primeira intervenção. Há bocado utilizou uma expressão que é interessante. Disse que o município tinha andado ao colinho. Pois andou ao colinho do FAM em termos de medidas. Mas também andou ao colinho dos aveirenses em termos de impostos. E pasmem-se o Senhor Presidente esteve a agradecer a toda a gente e não agradeceu aos aveirenses!?! (ouvem-se vozes).

E a pergunta que se segue depois é o que é que vai fazer com o dinheiro? Ah, vou-lhe dizer, vai gastar 12 milhões de euros no Rossio. Fantástico.

Obviamente que todos pudemos divergir na prioridade das obras. Uns gostam mais outros gostam menos. Mas aqui não se trata de gostar mais ou menos. Aqui trata-se de perceber efectivamente qual é a utilidade deste percurso para os aveirenses?

E praticamente neste percurso o Senhor só fez betão. Não há uma política de Desporto, não há uma política de Cultura, não há uma linha sobre isso neste relatório. Azar. O Senhor só se focou no FAM. E vamos ver como é que se segue porque como diz vai deixar de ter o colinho. Eu desafio desde já a baixar o IMI, não para 0.35 mas sim para 0.3% Fica o desafio de que possa baixar o IMI para 0.3%

Fica já o desafio de baixar a carga fiscal, agora que pode e não tem nenhuma muleta para se esconder atrás das decisões, fica o desafio para baixar a carga fiscal até ao limite mínimo para que os Aveirenses possam recuperar num tempo futuro que será com certeza duro e lhes permitirá uma caminhada com mais tranquilidade.

Senhor Presidente, como sabe o documento tecnicamente está bem feito, politicamente o PS discorda da forma como se chegou ao objectivo. Tê-lo-íamos feito de maneira significativamente diferente. Teríamos saído do FAM já há mais tempo e teríamos com certeza tomado outras opções do ponto de vista dos investimentos e da aplicação dos valores que resultaram de todo este processo.

Terminaria dizendo que espero que o Senhor Presidente saiba aceitar a discordância. Há bocado disse que esperava fosse um momento histórico, não lhe desejo mal nenhum em termos pessoais, mas espero que seja efectivamente o seu ultimo orçamento sob a sua batuta. Portanto termino a minha intervenção e percebe-se qual irá ser o sentido de voto do PS nestas Contas, sem nenhum complexo, sem nenhum condicionamento no que quer que seja porque obviamente estamos num regime de liberdade e somos livres de discordar sem ser necessário partir para o insulto e para argumentos que não fazem parte desta esfera política. Disse."

Vogal Catarina Barreto (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³³

"Boa noite a todos. Efetivamente este fim-de-semana, celebramos o fim-de-semana da liberdade e da liberdade de nos expressarmos. A liberdade de concordarmos ou não concordarmos. Mas hoje estamos aqui a discutir uma coisa concreta e objetiva que são os números. E é uma noite de vitória para Aveiro sem dúvida. Vamo-nos libertar de todos estes constrangimentos. Vamos atingir a maioria como o Senhor Presidente bem disse e vacinados alguns. E portanto é isso que deveríamos precisamente assinalar e não tentar aqui subterfúgios, como se tentou no ponto anterior nem tentar aqui tirar a importância do que isto é para a cidade. Porque efetivamente não só a cidade retoma a sua plena autonomia, a sua plena autonomia de gestão, plena autonomia no executivo que os aveirenses escolheram e que esperemos que voltem a escolher.

Aliás, os aveirenses reforçam a sua confiança em 2017, mesmo com todos os sacrifícios como oposição nos falou aqui, mas esqueceu-se a oposição de falar nos investimentos que também conhecemos nas escolas novas e nas escolas que foram requalificadas, nas unidades de saúde que foram requalificadas, na rede viária que está a ser intervencionada, portanto, atingimos este 1.4 de rácio previsto para 2025, mas não esquecemos dos aveirenses. Não nos esquecemos da qualidade de vida dos aveirenses e isso vê-se por toda a cidade. Porque se ouvimos aqui que de facto que já ouvimos muitas vezes, que a cidade está no estaleiro, então esse estaleiro não é em prol da melhoria da qualidade de vida? Conseguiu-se efetivamente pagar dívida, consegue-se cumprir as obrigações e consegue-se investir. Sim, porque nós efetivamente, da bancada da maioria discordamos de que as dívidas não são para se pagar são para se gerir! Não. São para pagar. Nós é para cumprir e nós é para fazer e diferente. Temos perspetivas diferentes. Para nós termos Saldos de Gerência é bom.

Mas também é bom cumprirmos com as nossas obrigações e também é isso que esta noite estamos a fazer, que é reforçar a credibilidade cidade nesta câmara e neste executivo. Porque basta recuarmos uns anos atrás para sabermos como é que era a credibilidade da Câmara Municipal e o cumprimento da Câmara Municipal com os seus fornecedores. E hoje, de certeza, que nenhum fornecedor da Câmara tem para dizer que a câmara não cumpre pontual e escrupulosamente com as suas obrigações. E é também este reforço da credibilidade da Câmara que esta noite celebramos, não é só o equilíbrio, mas também este reforço da imagem da cidade de Aveiro não só da cidade para os aveirenses, mas também um pouco por todo o país, porque deixamos de ver a nossa câmara surgir como uma das câmaras mais endividadas do país.

E vimos, antes pelo contrário, a câmara a ser a primeira câmara a sair do PAM e a libertar-se deste espartilho e, portanto, isto deve-se, sem dúvida ao nosso executivo municipal e já usei esta expressão e acho que esta noite também se adequa, porque temos um verdadeiro timoneiro à frente da câmara — a fazer alusão às artes de navegação da cidade de Ílhavo. E, portanto, efetivamente a verdade é uma. A verdade é que Aveiro tem crescido, é notório, esta noite é uma noite sem dúvida de assinalar para a cidade de Aveiro. Conseguimos libertar-nos do FAM, cumprir e dignificar a nossa cidade e a imagem da nossa cidade.

E isso tem um rosto que é o executivo municipal que deve ser reconhecido. E deve ser também aqui saudado na pessoa do Senhor Presidente. Quero como aveirense agradecer, como presidente de junta agradecer, que as juntas tenham apoio, temos obra, e tudo isto num compromisso de lealdade e de cooperação para fazermos mais e melhor por Aveiro. Disse."

Vogal Casimiro Calafate (PPS/PSD)⁰³⁴

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³⁵

"Boa noite Senhor Presidente, cumprimento a Câmara e todos os que nos assistem.

Eu hoje, até à luz do 47.º aniversário do 25 de Abril, convivo aqui com um misto de querer claramente comemorar e dizer aos sete ventos este grande acontecimento que é afectivamente a chegada a este rácio de 1.4 portanto abaixo do 1.5 da Lei, com a perplexidade de algumas declarações que ouvi hoje aqui nesta câmara.

E esta perplexidade vem do facto de que ao fazê-lo, ao proferirem aqui declarações da forma como ouvimos aqui por parte da oposição, isto é um desrespeito absoluto por aquilo que foi um esforço quer directamente do executivo, quer de todos os aveirenses, para sairmos dessa situação de descontrolo total em que a Câmara de Aveiro se encontrava.

E para termos uma noção co estado em que isto estava. Em 2013 estávamos em pré banca rota, havia dinheiro apenas para pagar os salários do primeiro mês quando este executivo assumiu a gestão do município e as dívidas a Associações e Fornecedores ascendia a mais de 40 milhões de euros!?

Esta era a triste realidade. E esta realidade não teve outro efeito que não o município de Aveiro ser o único município que é capital de distrito, que veio juntar-se à lista dos 14 municípios que tiveram de fazer uma "troika" local através de um ajustamento do FAM.

Eu chamo a isto, que foi feito através do financiamento do FAM, a troika local.

Foi a primeira vez na história do município que tivemos uma troika local a pôr-nos a mão e que muito agradecemos o ter tido esta instituição.

Em 2016 após a apresentação do primeiro PAM no seu sumário executivo a Direcção diz isto: O município de Aveiro encontra-se atualmente em situação de rutura financeira estrutural, decorrente de um volume de dívida total, registado no final de 2015, com um valor de cerca de 121 milhões de euros (isto em final de 2015, porque quando a Câmara assumiu a dívida era de 150 milhões de euros) e que isto representa um valor de mais de 3 vezes a média das suas receitas líquidas.

Ó meus amigos, que ninguém tenha a menor dúvida disto!? Seja numa família seja numa empresa, seja numa autarquia, quando há um descontrolo financeiro desta natureza já se sabe quem é. Sim, os impostos têm de aumentar para suportar a consolidação financeira da Câmara Municipal neste caso. E, portanto, é por isso que efetivamente um aumento de impostos no município de Aveiro. Mas deixem que vos diga porque é que esse aumento surgiu.

Eu tenho aqui na minha mão o contrato programa de ajustamento municipal do município de Aveiro. Isto foi um documento de cerca de 9 páginas assinado no dia 23 de janeiro de 2017 entre uma Câmara em pré banca rota e a Direcção do Fundo de Apoio Municipal.

Este contrato foi assinado pelo Presidente da Câmara e é um contrato que na sua primeira cláusula tem dois objectivos. O primeiro objectivo diz: o presente PAM tem como objectivo principal a redução da dívida total do município.

No ponto dois o objectivo é: um conjunto de procedimentos a que a Câmara tinha que obedecer porque o credor meteu cá inicialmente nesse contrato estavam 85 milhões de euros, mas depois ficou por ficar abaixo dos 80 milhões.

Mas o credor disse eu vou-te lá pôr o dinheiro mas tu vais ter de cumprir um conjunto de regras e de normas muito rígidas.

E agora quando ouço esta falta de honestidade intelectual na oposição quando vem para aqui falar de impostos altos! Porque se os senhores se tivessem dado ao trabalho de ler este contrato, eu não vou maçar, mas vou dar três ou quatro exemplos. As quatro primeiras alíneas desse contrato que a Câmara ficou obrigada eram: deliberar anualmente a participação variável do IRS na taxa máxima; deliberar anualmente a Derrama sobre

lucros na taxa máxima e não isentar impostos de pessoas colectivas; deliberar anualmente na taxa máxima o IMI - isto está escrito no contrato programa. Por último não aplicar qualquer factor minorativo e aplicar factores majorativos em todas as taxas municipais. Isto é uma lista infundável de obrigações. Se tiverem a oportunidade de lerem até está aqui "promover a redução de consumo de electricidade nos edifícios municipais e na iluminação pública". Quem não se lembra no início do primeiro mandato os postes de iluminação nesta cidade, foi um tempo negro, estarem repletos de autocolantes a dizerem que aquilo estava cortado por força de uma obrigação que o município tinha de fazer por força desta obrigação.

Isto vai ainda ao nível do consumo de água e outras coisas. Mas para dizer o quê?

O povo português tem que aprender de uma vez por todas (e o povo de Aveiro tem sido sábio desse ponto de vista), nós temos que fazer uma separação do trigo e do joio. Há políticos e há projetos políticos que gerem de forma responsável e aquilo que este executivo conseguiu no município de Aveiro é absolutamente notável, ponto final parágrafo.

E que ninguém venha para aqui tentar desvalorizar aquilo que foi o esforço do executivo e dos aveirenses.

Só dar-vos mais umas notas para perceberem aquilo que foram as opções políticas do passado. Quando neste contrato o objectivo é baixar a dívida, eu vou voltar à carga e dizer que em 2005 o Partido Socialista deixou Câmara com 250 milhões de euros de dívida.

Portanto quando o deputado Francisco Picado, quando vem falar de a Câmara andar ao colinho dos aveirenses, deviam ter pensado nisso na altura que geriram a Câmara desta forma.

Olhe, eu estive a ler o relatório do Tribunal de Contas relativo ao investimento que o Partido Socialista fez nesta cidade na altura, que foi o estádio municipal, e ele teve como custo para a Cidade, à data de 2014 - 77 milhões de euros!

As receitas deste Relatório que aqui está actualmente andam na ordem dos 62 milhões de euros. Nós fizemos ali um investimento de 77! Se leram bem o Relatório na secção do financiamento estão lá três rubricas de 2012, há quase 20 anos, de custos financeiros associados a essa obra do estádio, que ainda hoje tem um saldo de amortização acima dos de 2 milhões de euros.

Isto para vos dizer que quando me falam de 12 milhões na obra do Rossio, numa Câmara que está a gerir bem, que está a baixar a dívida, que está a atingir os objectivos da lei do ponto de vista do rácio, que está a fazer o investimento que toda a gente vê porque quando saiem à rua tem uma obra ao virar da esquina. Escolas, Centros de Saude, Bairros Sociais, etc. Olhe Rita Batista vem falar aqui do investimento em habitação que é nada!?

Olhe vá dar um passeio ao Bairro Social de Santiago e vai ver se são apenas os 6 mil euros que veio para qui falar. Eu acho que às vezes repete tantas mentiras para ver se acredita nisso e passa a mensagem.

Isto para vos dizer que a Câmara está a seguir muito bem este caminho. Deus queira e tem todo o nosso apoio para continuar esse caminho, porque a verdade é esta. Dos 150 milhões de dívida que tivemos quando entrámos para os 68 milhões actuais, isto dá grosso modo 9 milhões de amortização por ano nestes dois mandatos. Numa Câmara que tem de receitas correntes cerca de 60 milhões de euros. Vejam o que é que nós não teríamos feito nesta Cidade se não tivéssemos essa herança e esse ónus tão grande. Hoje querem desvalorizar essa recuperação que a Câmara fez. Olhem, tenham paciência e aprendam porque se não este país não vai a lado nenhum enquanto nós continuarmos neste tipo de análise, que é uma análise pobre, pouco criteriosa, e que não nos leva a lado nenhum. Tenho dito."

Vogal Pires da Rosa (PS)⁰³⁶

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD)⁰³⁷

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³⁸

"Neste ponto podíamos e já falámos cada um com a sua opinião sobre o plano e a execução financeira. Podíamos referir o famoso rácio inferior a 1.5 quando em 2013 era superior a 3.4.

Podíamos referir a diminuição em 50% da dívida da Câmara Municipal de Aveiro, da dívida absoluta que passou de mais cerca de 150 milhões de euros para cerca de 75 milhões.

Podíamos referir que esta performance financeira foi conseguida ao mesmo tempo que se investiu nos apoios COVID (mais de 5 milhões de euros, que se investiu como nunca no Parque Escolar e na Educação.

Podíamos referir o investimento feito na habitação social com valores não vistos nos últimos 40 anos.

Podíamos referir a enorme renovação nas unidades de saúde.

Podíamos referir o forte apoio às juntas de freguesia, o qual não encontra paralelo em nenhum outro Município do nosso país. Às associações culturais e desportivas, aos Bombeiros, apoios na área social e às pessoas, apoio ao comércio e economia local e ao mesmo tempo o forte investimento na rede viária e na requalificação dos edifícios municipais. Isto tudo, estas obras, este investimento, estes apoios são do nosso ponto de vista para bem e em bem dos Aveirenses e de Aveiro. Fazendo obra com capitais próprios e outros com participações de fundos que para os quais também é preciso capacidade para a eles aceder e este executivo tem mostrado essa capacidade.

Mas isto, seria a nossa opinião. Sendo que a diminuição do rácio da dívida para menos de 1.5 com a redução da dívida para valores perto dos 75 milhões de euros não é a nossa opinião. São factos documentados, analisados e validados por entidades alheias à CMA e que superintendem esta área das prestações de contas.

Dos apoios, das obras, das realizações, uns gostam, nós gostamos, outros gostam menos, outros ainda não gostam. A oposição aqui presente não gosta, pois vota sempre contra as mesmas. São gostos. Nós concordamos. Por isso queria referir algumas avaliações externas a todos nós e que reflectem o que tem sido feito por este Presidente, por este Executivo e pelo projecto "Aliança com Aveiro".

Vamos falar da ERSAR. Esta distinção premiou apenas sete entidades em mais de 200 a nível nacional-

A Câmara Municipal de Aveiro foi distinguida pela ERSAR - Entidade Reguladora do Serviço de Águas e Resíduos, com o Selo da Qualidade do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos ao consumidor, referente à avaliação do serviço no ano de 2019. Um prémio atribuído apenas a sete entidades em todo o País, distinguindo a Câmara de Aveiro entre as mais de 200 entidades gestoras existentes a nível nacional.

As entidades distinguidas com os Selos de Qualidade ERSAR evidenciam-se por assegurar o cumprimento de um conjunto de critérios, nomeadamente, a acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida, a resposta a reclamações, cobertura de gastos, pessoal afecto ao serviço de gestão de resíduos, capacidade instalada para recolha de resíduos urbanos indiferenciados, lavagem/desinfecção de contentores, emissões de CO2 das viaturas de recolha indiferenciada, a reciclagem de resíduos de recolha seletiva, a resposta a reclamações, entre outros.

Este prémio vai sublinhar o trabalho muito positivo que a CMA tem executado em conjunto com a VEOLIA Portugal S.A., desde o dia 01OUT18. Momento em que deu início ao contrato em vigor entre a Câmara e a VEOLIA.

A distinção reconhece o desempenho que esta Câmara Municipal tem tido na melhoria contínua da gestão de resíduos urbanos, proporcionando mais e melhores serviços nesta

área. A reformulação da prestação de serviços de recolha, transporte e tratamento de resíduos urbanos indiferenciados é uma aposta ganha, em todos os sentidos, nos aspetos qualitativos e financeiros. Só o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pela VEOLIA no trabalho de cooperação que tem sido desenvolvido entre a Autarquia e a VEOLIA na prestação de serviços de Limpeza e Recolha de Resíduos Urbanos tornou esta distinção possível.

Falemos da MARKTEST. Demografia, Economia e Qualidade de Vida como critérios de avaliação. O Município de Aveiro foi distinguido pelo segundo ano consecutivo como o melhor Município do País para a Marktest, no seu estudo anual sobre “os principais pontos fortes e fracos de cada concelho”.

A Câmara Municipal de Aveiro recebeu mais uma vez esta distinção, realçando o que ela representa de reconhecimento pelo trabalho de todo o tecido Empresarial, das Associações nas diversas áreas, das Entidades Públicas e Privadas e em especial dos Cidadãos Aveirenses, pelo excelente resultado - a que todos muito agradecemos o contributo.

Aveiro recebeu uma avaliação de 14.1 numa escala de 1 a 20 valores, o que lhe permitiu manter a posição melhor Município do País, mesmo considerando o difícil período que vivemos de combate à Covid-19.

Este “rating concelhio” criado pela Marktest para cada um dos 308 Municípios do País tem 3 componentes, criadas a partir de 39 indicadores, relacionados com o dinamismo demográfico (8 indicadores), o dinamismo económico (16 indicadores) e a qualidade de vida (15 indicadores).

Agora a Universidade de Harvard. Universidade de Harvard distinguiu Aveiro com o prémio na área da Inovação

A forma como o projeto Aveiro Tech City conseguiu envolver as pessoas está a ser um dos maiores sucessos do programa. Tanto assim que a Universidade de Harvard distinguiu a cidade de Aveiro e o projeto com o “Prémio Inovação no envolvimento comunitário”. O galardão foi atribuído pela Centro de Tecnologia e Empreendedorismo de Harvard na terceira edição dos Annual City Innovation and Innovator Awards, prémios que distinguem as cidades pela forma como abordam os desafios da inovação urbana, inclusão social e transformação tecnológica. É um enorme orgulho e uma grande satisfação que Aveiro recebemos esta distinção por parte de uma das instituições mais reputadas em todo o mundo. Este prémio traz-nos também a certeza de que estamos a conseguir posicionar a cidade de Aveiro na vanguarda do desenvolvimento tecnológico, disponibilizando projetos que ajudam de facto as pessoas no seu dia-a-dia, fazendo com que Aveiro seja uma cidade melhor para viver e para visitar.

Estas distinções são de uma avaliação externa prestada pelo executivo em pro dos Aveirenses e de Aveiro. A estas avaliações externas se juntarmos os resultados financeiros da passagem do rácio de 3.4 para 1.4 e da diminuição da dívida de 150 milhões de euros para 75 milhões, temos nestas duas equações temos o resultado do labor deste executivo num cabal cumprimento das promessas da "Aliança com Aveiro", nas eleições autárquicas de 2013 e 2017. A reorganização dos serviços da Câmara resolveu o grave problema da dívida e tornou a Câmara autónoma e não depende para fazer as suas opções e investir muito para melhorara a qualidade de vida dos Aveirenses, de Aveiro, e de quem nos visita. Este é o caminho, este é o nosso caminho."

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[040](#)

"Obrigado a todos. Enfim, há aqui meia dúzia de notas que importa realçar. Embora, veremos todos, terminado este debate, na ambiência da estabilização e da calma. Nós

vamos apresentar os números muito claros e muito taxativos sobre esta verdade deste período de 7 anos. Onde é que estávamos e onde é que chegámos.

Com os números principais colocados de forma muito clara. Porque a demagogia socialista e da extrema-esquerda, procura dizer assim. vocês resolveram o problema porque os aveirenses pagaram muitos impostos! Isto é a mais meridiana falsidade.

Os aveirenses pagaram mais impostos neste período — e esse foi um contributo para resolver este problema? Sim. Foi daí que veio a maior parte da contribuição financeira em valor absoluto para resolvermos esse problema? Claramente, e de longe, não. Quem diz sim ou é demagogo ou não sabe fazer contas. Ou está retirado para aquela última fila de momento doloroso. E até se veste de verde para tentar aproveitar as ondas positivas do sporting clube de Portugal, que mais duas jornadas voltam a negativas.

Mas é importante que tenhamos noção de três ou quatro números grandes. Hoje, a Conta, completa e clara, apresentaremos depois do processo de discussão estar terminado. É bom termos a noção que reduzimos a dividida neste período em cerca dos 70 milhões de euros. O valor absoluto do IMI a mais, que se pagou, em cada um dos anos, no somatório, não chega a 50% desse valor.

É preciso verificar onde é que se foram buscar outros contributos. Como é que uma Câmara que em 2013 investia valores absolutamente ridículos de 2 ou 3 milhões (coisa chocante) como é que hoje, neste ano de 2020 investiu, investiu e pagou, foram 30 milhões. Não há milagres. Aquilo que houve foi um trabalho do cumprimento do contrato que o Filipe aqui leu uma parte dele. Só dando alguns exemplos: saíram da Câmara no mandato anterior 200 funcionários (um bocadinho mais de 200 funcionários), essa foi uma poupança anual de cerca de 5 milhões de euros/ano. Só a renda do nosso Armazém, falando de uma pequena despesa grande, que nós acabamos com ela porque era um escândalo, custava 21 mil euros por mês desde o tempo socialista. A decisão do fim da MoveAveiro, aquele sorvedouro de dinheiro, deu-nos um ganho anual de quase 1 milhão de euros.

A mudança de contrato da SUMA para a VEOLIA deu-nos uma poupança anual de quase 1 milhão de euros. Aquilo que nós estamos a fazer, estivemos a fazer, é tirar a despesa que não serve para nada, as gorduras, e colocar a despesa onde ela é necessária. E depois trabalhar muito (também vamos dar esses números muito proximamente) naquilo que é a conquista de receita.

Porque a maior parte da capacidade financeira que nós ganhámos, não entram nesta Conta porque são os fundos comunitários.

A Câmara de Aveiro é hoje recordista de longe (esta câmara) em Fundos Comunitários. Na região de Aveiro, nos 11 municípios, enfim, estamos bem longe do segundo município. Na região Centro dos 100 municípios estamos no grupo dos melhores 5 e com valores absolutos e muito destacados de todos os outros.

E esta receita dos Fundos é importantíssima para fazer a diferença na capacidade de investimento, não entra no rácio. Porque no rácio entre apenas a Receita Corrente que arredondando a conversa são aqueles impostos normais das taxas que recebemos.

Mas a principal que vem dos Fundos Comunitários não entra. E, portanto, foi esta operação que permitiu este resultado. Se nós partimos em 2013 e 2014 com o IMI de 0,3% e por obrigação da contratação do apoio transitório de urgência, tivemos que ir de urgência buscar dinheiro.

O Filipe esqueceu-se de dizer que nós tínhamos dívidas à Segurança Social. Que é a vergonha, das vergonhas, para a gestão pública. Mas tínhamos!

Nós passámos o IMI para 0.4% em 2015; para 0,5% 2016, ao abrigo da lei. Nós não podíamos passar num só ano. E foi assim que fizemos cumprindo a Lei.

Mas a partir do momento do resultado de todo o trabalho que fizemos de redução bruta da despesa, da racionalização como se diz de forma correta, nós começámos a ganhar condição de começar um processo de redução da taxa de IMI.

Aproveitámos o quadro legal da Lei do Orçamento do Estado para em 2017 passar a taxa para 0.45%. Foi a Lei do Orçamento do Estado para 2017, e a situação financeira da Câmara já na altura, a manifestar um caminho para a fortaleza e recuperação financeira que nos permitiu baixar de 0.5% para 0.45%.

E depois quando podemos fazer a revisão do PAM em 2018 prosseguimos esse trabalho de redução da taxa e passámos para 0.4% no ano de 2019, e manteve-se em 2020, e vai manter-se em 2021.

Eu achei muita piada ao Francisco Picado nesta sua perspectiva de que eu vou ser candidato à câmara e que vou ganhar as eleições e a colocar-me o desafio para baixar o IMI para 0.3%!

Bem, eu quero acalmar todos. Nós estamos a governar o nosso município com grande dedicação. (ouvem-se vozes) Estas bocas permanentes que a esquerda e a extrema-esquerda se divertem a fazer é bem nota da vossa instabilidade. É a vida.

Aquilo que é importante é que nós estamos muito determinados em continuar a governar até ao fim do nosso mandato. E aqueles que forem disputar a eleição próxima que o façam de forma tranquila, determinada e séria. O Pires da Rosa anda aí muito perturbado com umas coisas que andam por aí! Pronto, é um problema que ele tem que resolver ele próprio. Porque devo dizer que eu, como presidente da Câmara e líder deste da coligação Aliança com Aveiro, tenho sobre a matéria a maior tranquilidade. Até por que já tenho alguma experiência em certas tipologias de diatribe. Admito que o Pires da Rosa não tenha.

E, portanto, excita-se com facilidade, que até se entusiasmou para vir aqui fazer uma intervenção em jeito de pergunta para procurar dar importância áquilo que não é importante e criar nevoeiro sobre aquilo que é muito importante.

E quero fazer esta nota fundamental. Cada vez mais na política, quem dá cabo da política, são aqueles que só pensam nos cidadãos quando há eleições. São aqueles que usam tudo e mais alguma coisa, para quererem ser vereadores. Eu quero ser vereador!?

Vejam lá, até impondo pessoas ao líder. Aqueles que algum motivo não gostam deles, querem-nos pôr na rua e aos presidentes de junta.

É bom que nós tenhamos consciência que os nossos cidadãos estão fartos de politiquices, que aquilo que tem afastado os cidadãos da política é a politiquice. É muito importante que tenhamos a consciência tranquila que a política só vale a pena quando é feita com seriedade, quando é feita em função do cumprimento dos objetivos de serviço público às pessoas. E lá iremos quem quiser ir cumprindo as regras tranquilamente, para disputar um momento importantíssimo da democracia, mas que não é nem o início nem o fim dela própria.

E, portanto, aquilo que estamos a fazer aqui a 23 de Abril e aquilo que faremos daqui até mais ou menos 6 meses (e relembro que daqui a 6 meses exactamente o dia que se assinalará o 4.º ano da nossa Tomada de Posse) é continuar a dar o máximo, para continuar este percurso de fortalecimento financeiro da nossa Câmara. Com aumento do investimento em todas as áreas, materiais e imateriais, e estarmos ao lado do combate à pandemia.

Quem paga a despesa do Centro de vacinação, onde muitos já foram e nós esperamos ir lá todos, é a Câmara. Não era nossa obrigação. Eventualmente se formos ver na letra da lei, na era pré Covid é uma ilegalidade. Dentro da Lei Covid, não. Obviamente, estas coisas são permitidas. Portanto deixar esta palavra a relação feliz e tranquila.

Feliz pelo momento que estamos a viver. Por neste documento o resultado que alcançámos todos juntos. E tranquilos de estarmos ao mesmo tempo em que fizemos estas 3 coisas, recuperação financeira, investimento de grande dimensão, e combate à Covid.

Aqueles que bem entenderem e ganharem essa condição, com legalidade, normalidade do quadro partidário que entenderem ou em movimentos independentes, que já tivemos no nosso município, nas nossas freguesias, somaram à sua vida, aos seus desempenhos uma candidatura a qualquer um dos órgãos autárquicos municipais ou de freguesia. É neste quadro que é importante deixar claro que este foi o caminho que fizemos. E é importante deixar claro, que vamos investir 12 milhões no Rossio; vamos investir 7 milhões no ferryboat elétrico. Vamos investir arredondando valores (e vamos apresentar esses números brevemente) no processo de descentralização da Educação. Dinheiro nosso, além do que vamos receber do processo, só neste primeiro ano lectivo é de cerca de 1 milhão de euros a mais que a câmara coloca no processo.

E em muitas componentes da acção social, equipamento, etc, etc. muitas dimensões. Vamos apresentar agora muito proximamente, estamos a ultimar o relatório.

Na Cultura. Obviamente só quem não é gente séria é que vem para aqui dizer que não há investimento na cultura!? Obviamente que o investimento na Cultura é brutal. Nós obviamente abalroados pelo Covid, com certeza, toda a gente foi abalroado pelo covid, uma das bandeiras novas, uma das frentes novas que Aveiro colocou é a Cultura.

A Cultura não é só os edifícios. Alias até temos poucos edifícios para a Cultura. A primeira grande obra está neste momento a acontecer que é a qualificação do Teatro Aveirense. Foi a obra imaterial. Foi a programação cultural que voltou a ter qualidade. Foi o Aveirense que voltou a bater recordes de públicos. Foram os festivais dos Canais e das Duns de São Jacinto, etc, etc. É o investimento brutal que estamos a fazer na nossa candidatura de Aveiro a Capital Europeia da Cultura em 2027.

É isto que aconteceu e é isto que vai continuar a acontecer. É aqui que vamos colocar o nosso dinheiro. Em tantas coisas.

Há uma matéria que eu não vou falar hoje Rita Batista e Francisco Picado. Vocês ainda não entenderam o papel do Saldo neste processo. Explicarei em devido tempo para que vocês possam ver o óbvio. Mas só dar esta nota. Nós hoje, quando lançamos uma obra, nós temos que ter capacidade orçamental para cabimentar, para guardar o dinheiro para a poder vir a pagar. Porque senão não podemos lançar concurso, não podemos adjudicar, não podemos ter Visto do Tribunal de Contas. A Câmara conseguiu com uma operação com todo o rigor e obviamente com engenharia financeira como não podia deixar de ser, potenciar muito a sua capacidade de investimento ao abrigo do programa de ajustamento municipal, por força da forma como gerimos toda a nossa receita, na colocação no orçamento e nas contas, naquilo que executámos e naquilo que não executamos em termos de pagamento. Mas que foi fundamental que existisse para podermos contratar, lançar concursos, colocar em V Tribunal de Contas, etc, etc.

Aquilo que fica (e não me ouvirão mais uma palavra sobre esta matéria) é a liberdade dos próximos Autarcas que fiquem no próximo mandato no executivo municipal e aqui na assembleia municipal decidirem se querem ou não querem baixar o IMI ou aumentar o IMI, manter o IMI, fazerem aquilo que muito bem entenderem.

Mas cientes de que isso só vai ser possível porque o momento de hoje está a acontecer. Porque senão essa situação não era possível. Tinham que fazer uma revisão ao PAM, tinham de negociar com o Fundo, enfim, tudo aquilo que já sabemos, porque nós já o fizemos em 2018. Portanto agora quem for candidato discutirá. Nós que estamos a governar sempre diremos, se nós formos candidatos, é preciso olhar com rigor. No próximo ano de 2022, todos os autarcas portugueses já são, aqueles que o são hoje e aqueles que o virão a

ser, que vão levar uma machadada enorme nas receitas que provêm do Orçamento do Estado.

Toda a gente já sabe isto. E é uma machadada relevante. Porquê? Porque as receitas de 2022 são definidas sobre a receita de 2020 e como sabem a receita de 2020 levou a machadada que levou por força da pandemia do Covid.

Portanto, cuidado com os demagogos, mas se a Câmara ganha liberdade para o poder fazer, se a câmara continua a ser gerida como o temos feito, tem essa possibilidade de o fazer sem de destabilizar a sua estabilidade financeira e fazer o caminho de redução da dívida, porque repito, 79 milhões de euros de dívida de uma Câmara como a nossa é demais.

Temos que continuar esse caminho de redução. Mas de forma livre, cada um com a sua responsabilidade, os seus argumentos, ou com a sua demagogia, proporá e decidirá aqueles que ganharem o direito de o decidir, aquilo que muito bem entenderem.

Mas é isso que também nós neste documento propiciamos aos autarcas do próximo mandato, essa possibilidade, porque nós não a tivemos.

Agora é muito importante não estragar. Porque ouçam, estraga-se isto com muita facilidade. Se seguíssemos as lógicas da esquerda e da extrema-esquerda, nós até podíamos ter baixado o indicador de baixo, o denominador não tinha aumentado tanto. Muito bem, tínhamos menos receita. Mas o que tinha acontecido à despesa é que siga e, portanto, o rácio, não o íamos conseguir trazer para menos de 1.5. Mas trouxemos. E isto é de facto muito importante para a nossa vida, é muito importante para a capacidade da Câmara de continuar a conquistar, é muito importante para a nossa credibilidade quando apresentamos candidatura a fundos comunitários nacionais, aos fundos comunitários das iniciativas da Comissão Europeia, que são muito mais exigentes a esse nível, etc. etc.

Uma nota que queria adicionar a isto tem a ver com a referência que o Calafate fez, secundada pelo Filipe Tomaz e pelo Manuel Prior, centrada naquela frase "hoje os aveirenses veem onde está o seu dinheiro". É que nós vivemos um tempo em que nós pagámos poucos impostos ou menos do que hoje. Mas onde está o dinheiro? Os portugueses pagam muitos impostos, temos uma carga fiscal a mais pesada da Europa. Mas não é o IMI! A carga fiscal em Portugal é pesada por causa de impostos que não causados por nós. Vem uma pequena percentagem para nós. IVA, IRS, IRC, Imposto sobre combustíveis, etc. E eu sempre gosto de lembrar. O valor absoluto de cobrança de IMI em Portugal é uma verba idêntica àquela que o Estado cobra sobre o imposto do Tabaco — 1.500 milhões de euros.

Os portugueses que vão batendo recordes de pagamento de impostos, pagam arredondando a conta cerca de 80.000 milhões. O IMI é de 1.500 milhões. Em Aveiro só 40% dos cidadãos pagam IMI. Portanto a bordagem que temos que temos que fazer é a abordagem de pressionar o Governo do país para reduzir a factura fiscal.

A maior parte do combustível que pomos no nosso carro não é combustível, é Imposto.

Fantástico os nossos carros que andam a Imposto. Mas onde está o dinheiro? Os portugueses pagam muitos impostos, têm uma carga fiscal das mais pesadas da Europa, mas não é IMI. A carga fiscal em Portugal é pesada por causa de impostos que não são os nossos. Vem uma pequena percentagem para nós.

Essa é a razão de nós continuarmos esta luta para conseguirmos alcançar um equilíbrio no quadro fiscal do país, daí a luta dos municípios que já não é nova, do Governo do país e a Assembleia da República que é quem aprova a Lei de Orçamento do Estado, entregar uma fatia maior da Receita desse mesmo Estado para os municípios. Porque em Portugal continuam a ser os municípios que melhor utilizam as verbas, os proveitos públicos.

E, portanto, pago imposto, mas olho para as estradas e eram só buracos, olho para as Juntas e a Câmara não dava dinheiro, olho para as Associações e não recebiam um tostão, etc. Então estão a brincar com o meu dinheiro! Onde está o meu dinheiro?

Eu pago um bocadinho mais de impostos ou mesmo um bocado mais relevante. Porque quando a Câmara passou de 0.3 para 0.5 o crescimento foi relevante. Mas eu olho e já tapar os buracos na estrada. Já há apoio à minha Associação, à minha Junta de freguesia, já há investimento, vejo obra, já tem programação cultural para consumir, Já tenho apoio social.

Ó Rita deixe lá a demagogia. Se conhece uma família, uma pessoa que está a passar necessidade e precisa de ajuda, diga-nos porque nós vamos lá e ajudamos.

Esta demagogia de que não há apoio social, saiba que há o apoio social for necessário. Se sabe de algum caso faça favor. Com reserva, num papelinho, enviado por uma pomba, por um e-mail, o que queira, mas diga-nos. Não faça demagogia com a desgraça dos outros. Se sabe ajude. Lhe garanto em absoluto que a Câmara ajuda. Temos capacidade técnica com a nossa equipa de Assistentes Sociais e temos dinheiro para ajudar no quadro das nossas responsabilidades e complementando em trabalho de equipa que fazemos com a Segurança Social, e com o Instituto de Emprego, com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, porque muitos dos cidadãos que estamos a ajudar são cidadãos estrangeiros. Gente que não vota na gente nenhum deles. E nós ajudamos porque são seres humanos. Estão aqui a viver connosco. Não queremos saber se vota ou não vota. Queremos saber se é um ser humano, se precisa de ajuda e a gente ajuda.

É evidente que quando apanhamos ilegais e já apanhámos alguns, encaminhamos também para o departamento do Estado que tem que tratar dessa componente, que é o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

Portanto é neste quadro que nós vamos continuar e esta lógica é muito importante. O imposto que eu pago onde é que ele está? Ou eu que não pago IMI porque não sou proprietário sou um inquilino, pronto entre outras coisas a taxa de resíduos baixámos 50% desde que começámos este percurso de 7 anos. 50% é pouco? É. Mas é um contributo.

Tudo aquilo nós conquistámos naquilo que é a redução da despesa de funcionamento da Câmara e que, ao abrigo da lei, tem que ser pago pelos cidadãos, temos conseguido esta redução. E há espaço para continuarmos este caminho e vamos continuar a seguir esse caminho e a fazer essas conquistas.

E, portanto, essa é a lógica. É saber que nós estamos a pagar e vermos o retorno àquilo que é os serviços que a nossa Câmara nos presta. Era bom que a outros níveis, as coisas dos nossos impostos a nível nacional que nos víssemos também um Estado eficiente a reduzir a sua dívida, até serviços públicos eficientes, a responder rapidamente, a não ter listas de espera nos hospitais, a não processos judiciais que demoram mais de uma década, etc. etc.

Mas nisso o país tem muito para andar para pôr as coisas em ordem. Porque grosso modo, em tantas áreas, não estão em ordem.

Em muitas estão felizmente. Não é tudo mau. Era o que mais faltava. Mas em muitas áreas não estão.

É preciso melhorar e muito essa máquina do Estado. É por isso que o testemunho de Manuel Prior aqui nos deu, daquilo que são as verdades objetivas e aquilo que os outros com credibilidade, são entidades reguladoras, são universidades estrangeiras, são empresas com credibilidade para fazerem a avaliação de performance, dizem de nós.

Dizem bem. Estamos em número um. Só temos que nos esforçar para manter esses patamares. Algum indicador negativo que possa parecer obviamente que olharemos para ele e estudaremos como é que damos a volta para ele passar rapidamente a positivo ou a excelente.

Este é o exercício. E aquilo que este conjunto de documentos aqui nos traz é que fizemos bem. Fizemos muito bem esse exercício até aqui. Os nossos concidadãos já têm na sua vida esta fortaleza da sua Câmara, já partilhamos há muito tempo e 2020 foi um ano evidente e este ano que obviamente lhe dá continuidade também, é de onde está na vida das pessoas, a consequência desta fortaleza da nossa Câmara, na qualidade das infraestruturas, nos apoios sociais, na cultura, no combate ao covid, etc.

Portanto é por aqui que caminhámos e é por aqui garantidamente que vamos continuar a caminhar. E é a minha profunda convicção que essa vai ser a opção dos nossos concidadãos no momento de tomar decisões sobre o caminho que vão querer continuar a seguir. Este é o bom caminho. Este é o caminho que nós percorremos e que nós temos todas as condições para continuar a percorrer com qualidade. Muito obrigado."

Membros da Assembleia

Vogal Rita Batista (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴²

"Senhor Presidente pediu números, vou apresentar, mas já apresentei antes. São 5.164 famílias carenciadas que podiam estar a usufruir da tarifa social da água. Que é democrática. O Senhor presidente disse "diga-me em que precisa de ajuda e eu ajudo". Há pessoas que não querem ser identificadas como necessitadas.

E quando se lhes dá autonomia, como por exemplo, através da tarifa social da água, que é um direito humano, o acesso à água é um direito humano. O que estamos a dizer é que estas pessoas vão ter um bocadinho mais de folga nas suas obrigações ao fim do mês. Porque não são só os carenciados que estamos a falar neste momento. Temos pessoas com obrigações, por exemplo, com a banca, com quem o seu Partido nunca tem problemas em injetar dinheiro. Nem nunca ninguém se preocupa no seu Partido no endividamento do país, quando se trata de salvar a banca, mas pessoas com obrigações com a banca e que para cumprirem, se calhar, depois não tem dinheiro para pagar a fatura da água. E, portanto, instituir uma tarifa social da água é dar autonomia às pessoas. É dizer que não têm que estender a mão para dizer que precisam de ajuda.

Outros números que falou. 1 Milhão de poupança na MoveAveiro! Será poupança? Depois de despedimentos, perda de direitos laborais de quem conseguiu resistir, depois de entregar a privados com menos serviços, menos trajetos, será mesmo poupança?

Num período em que há uma crise geral, o apoio é para uma empresa privada, quando nunca houve apoio quando a empresa foi pública. Continuamos a dizer que isto foi uma poupança? Olhe para mim e gasto e é desperdício.

Quando fala da poupança no despimento de 200 funcionários, 5 milhões. E quanto passou a gastar a mais na externalização de serviços? Porque a Câmara (já aqui foi assumido por si) tem essa opção política de externalização dos serviços. Prescinde do serviço prestado pelos funcionários para contratar empresas exteriores para que realizem os mesmos trabalhos sem ter em consideração se essa empresa trabalha trabalho precário, temporal, informal, etc.

Depois dizer que os deputados desta maioria vieram aqui com uma emoção imensa discursar quase que em jeito de despedida — para alguns será mesmo isso pelo que sabemos da concelhia.

Mas também é preciso lembrar aqui, com a mesma emoção, a memória não deu para tudo, que o descontrolo total da Câmara teve 8 anos de apoio do PSD e CDS. Vocês parece que agora pretendem ignorar isso. Ou no Estádio, sim foi um desperdício. Mas foi com o voto positivo do PSD e do CDS ao PS. Com a grande pompa na altura do bom que seria um Estádio daquela dimensão para o que temos.

Quando o deputado Filipe Tomaz fala de "obra ao virar da esquina". Então e a intervenção no edificado? A geocentrificação para que o espaço fique bonitinho para depois vir a especulação imobiliária e tirar os ganhos disso. Isso não é trabalhar em pró dos aveirenses. Falam em habitação social. Eu ainda sou do tempo em que o PSD chumbava propostas do Bloco quando vinha-mos aqui exigir requalificação da habitação social em Santiago. Agora virou bandeira do PSD. Bem-vindos a esse caminho. E dizer que apesar do que está feito, falta dizer aqui quanto é que foi investimento da Câmara e quanto é que foi investimento do governo central. Porque vir dizer que do IHRU não há intervenção, mas há dinheiro do governo central para requalificação da habitação da qual o Senhor Presidente da Câmara faz agora bandeira. Fico-me por aqui. Obrigado."

Presidente da Mesa⁰⁴³

Vogal Raúl Martins (IND) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴⁴

"Senhor Presidente, gostaria de trazer aqui uma coisa à nossa reflexão. De facto hoje é um dia importante para Aveiro. É o dia dos maiores e vacinados!

Mas é bom entender que o PSD que hoje se regozija disso também teve muitas culpas no cartório.

Eu estou a lembrar-me de uma coisa que escrevi exactamente há 7 anos. No dia 23 de abril de 2014, depois de ter lido o Relatório da Auditoria Interna da Câmara Municipal de Aveiro, já apresentado pelo Eng. Ribau Esteves. E dizia eu "este relatório demonstra à sociedade aquilo que há muito eu vinha a denunciar nas bancadas da Assembleia Municipal. Um total descontrolo dos serviços e uma total incapacidade de apontar soluções, para a nunca negada difícil situação financeira herdada do anterior executivo.

Penso que este é um relatório que demonstra que Élio Maia foi, de longe, o pior Presidente da Câmara que algum dia passou por Aveiro.

Nele são ditas verdades que envergonham todos os aveirenses. Particularmente os que evitaram tomar medidas difíceis é verdade, para termos dado um rumo à cidade. Preferiram esconder a cabeça na areia e varrer os problemas para debaixo do tapete e que agora urge solucionar a menos que pretendamos perder a nossa dignidade."

Depois referia-me a alguns aspectos caricatos e intrigantes da Auditoria. Nomeadamente sobre a gestão da Aveiro Expo. Inexistência de procedimentos administrativos, falta de justificação de utilização de dinheiros pelo seu anterior diretor-geral, mesmo depois de apresentar a sua demissão. Inclusivamente foi citado no Relatório de Parecer Fiscal Único da empresa, que verificou a inexistência de justificação de despesas de cerca de 21.300 euros, efetuadas através do cartão de crédito, para as quais não foi encontrada evidência da respetiva documentação de suporte. Existência de funcionários em situação em total ilegalidade na esfera da Aveiro Expo e alguns com trabalho a ser executado na EMA. Inexistência de actos formais para atribuição da exploração privada do restaurante do Parque de Feiras e Exposições. Acordo ilegal com APEC para a gestão dos divertimentos na Feira de Março. Existência diferente, numa dívida superior a 500 mil euros, entre a Câmara e a Aveiro Expo. Nas Contas de Aveiro Expo esse valor está em dívida à empresa pela Câmara Municipal de Aveiro e nas contas da Câmara Municipal de Aveiro está a identificado em dívida pela Aveiro Expo por um valor substancialmente inferior.

Tudo isto, Senhor Presidente, se permite, para dizer que o PSD não pode tirar assim a sua água do capote.

O engenheiro Ribau Esteves que nem passa por ser uma pessoa humilde, tem esse labelo de não ser uma pessoa muito humilde, neste caso tem sido humilde.

Porque ainda não disse ao PSD, atenção que isto que nós hoje estamos aqui a celebrar sobre a ruptura financeira da Câmara, foi causada por outros do PSD também, antes de eu chegar a Aveiro. Era só isto que eu queria dizer."

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴⁵

"Muito obrigado Senhor Presidente. Quando começamos a falar do passado de vez em quando há uns fantasmas que chegam aqui. É o Bloco de Esquerda a falar do fantasma Robles, esquecem-se que o fantasma também lhes toca e é o fantasma do Estádio.

Efetivamente o Estádio foi aprovado por unanimidade, por todos os que estavam nessa época na Assembleia. Mas não foi um Estádio de por 77 milhões de euros!?

Era para ser um Estádio de 30 milhões e que tinha 25% de comparticipação do Estado. Se virem bem dos 24 milhões para os 77 milhões, não foi aprovado. É preciso verem as propostas que foram apresentadas e a votação final.

É também é preciso as pessoas lembrarem-se que no mandato de 2005 a 2013, teve eros, teve má gestão, mas também teve uma redução grande da dívida. Não esquecer.

Em 2005 havia a unidade de saúde de santa joana que era um esqueleto porque alguém se esqueceu de a acabar.

Havia um dirigente de um centro social que ia ao início da manhã à Câmara para falar com o Vereador e com o Presidente porque a Câmara lhe tinha pedido para acelerar as obras do empreendimento social que estava a fazer para que pudesse dar apoio no Euro2004 e depois em 2006 ainda não estava pago.

É preciso que as pessoas se lembrem as coisas. E às vezes lembram a votação por unanimidade do Estádio, mas esquecem muitas outras coisas e que também é preciso relembrar.

E também os "chequezinhos" nos jantares de Natal aos presidentes de junta, que era uma maneira de no fim do ano as Juntas terem algum dinheirito em caixa. Eram uns jantares assim um bocadinho esquisitos e eu participei num deles. Disse."

Vogal Francisco Picado (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴⁶

"Boa noite de novo. Esta intervenção do Senhor Presidente, de facto, até dá o mote para a forma como eu iria começar. É que na intervenção do Senhor Presidente da Câmara, do Jorge Greno e também a do intervenção do Filipe Thomaz, embora o Filipe tenha andado mais dentro daquilo que é o ponto, tiveram todas um ponto em comum. É que num ponto onde nós estamos a discutir o Relatório e Contas da Câmara, andaram a falar de impostos do Governo, de coisas, enfim, daquilo que possam imaginar e o Senhor Presidente obviamente que se encarregou, como não podia deixar de ser, de jogar com as palavras sobre aquilo que eu disse. E portanto, fantástico. Num ponto onde se diz que se faz história, a resposta do Senhor Presidente da Câmara é falar de tudo menos daquilo que efectivamente devia falar.

E mais. Nada do que disse contrário àquilo que foi a minha intervenção. Bem tentou. Com jogos de palavras pondo na minha boca, exactamente aquilo que o Filipe Thomaz também tentou fazer, embora, obviamente, acredito com bonomia, coisas que eu não disse.

E, portanto, a intervenção do Senhor Presidente da Câmara só corrobora a minha primeira intervenção sobre o documento que nós estamos aqui a discutir. E nem vale a pena falar deste regresso ao passado, porque quando falam de regresso ao passado, convém que olhe para a sua direita, porque ainda lá tem elementos que lhe podem contar bem história. Não lhe para a sua esquerda, olhe para a sua direita

Filipe Thomaz duas notas. O PS votou a favor do FAM. Que não haja dúvidas. Até porque, muito provavelmente, face ao cenário, essa seria a única solução e dissemo-lo na altura, que conseguiria atalhar o problema.

O problema não está no FAM. O problema não está nos impostos tout court. Porque o que eu disse aqui foi, primeiro o que se gaz ao dinheiro dos impostos, e obviamente nisso podemos divergir. A divergência é natural. Com certeza que não somos obrigados todos em democracia pluripartidária e por ideologia, a adotar as mesmas soluções. E essa é uma questão relevante. Dois, o Partido Socialista afirmou que teria optado por sair mais antecipadamente do FAM. O Partido Socialista votou a favor do FAM e a única coisa é saber o que fazer com as condições que o FAM criou. Nós teríamos optado por sair e eu disse isto e não mais do que isto.

E depois há expressões que dispensaria "como vocês têm que aprender" etc. porque não utilizo esse tipo de linguagem aqui. E eu dispenso bem esse tipo de coisas. Nós podemos divergir, mas não temos nada que aprender. Temos as nossas ideias e podemos partilhá-las e debatê-las e discuti-las no máximo respeito.

Depois, Senhor Presidente, não gastou 7 milhões no ferry!?! Na última Assembleia Municipal disse que eu não sabia fazer contas, mas a Câmara não vai investir 7 milhões no ferry. Há comparticipação nacional no investimento que é compartilhado por Fundos Comunitários.

Mas eu percebo bem aquilo que diz. Percebem aquilo que diz, quando nós não percebemos porque é que a Câmara precisa de um Saldo tão elevado. Podia explicar, porque nós, enfim, somos pessoas que eventualmente, não nos subestime, temos capacidade de perceber. E quando diz que precisa de 50 milhões, provavelmente estar-se-á referir à necessidade de a Câmara ter cabimentado a verba disponível para a comparticipação nacional.

Não estarei enganado se seguir este raciocínio. E estou de acordo consigo, estou de acordo consigo. De acordo com as leis e de acordo com a regra do investimento, precisa ter o montante cabimentado.

O Presidente sabe bem e porque domina bem o assunto dos fundos comunitários, sabe, que as taxas de comparticipação na maior parte dos programas andam nos 85%. O que significa (e algumas até foram recentemente majoradas para 100%), que um Saldo de 50 milhões, se não me enganei nas contas já que o Senhor Presidente diz que não as sei fazer, mas se não me engana nas contas, o Senhor tem capacidade para fazer um investimento de 330 milhões com este Saldo.

E, portanto, não acredito que precise desses 50 milhões para fazer todos os investimentos porque de certeza que não vai ter tempo de os fazer até ao final do mandato.

Voltamos à questão inicial. Não discordamos do Saldo pelo Salvo. Aliás, o Filipe Thomaz até me deixa um bocadinho preocupado, consegue olhar para o município numa perspetiva de empresa privada, que vai muito para além do da perspectiva do Senhor Presidente. Até louvo a sua parcimónia nesse aspecto. Porque se o Filipe Tomaz estivesse aí, ui, ui. Então era uma empresa privada tout court, se calhar até distribuía dividendos e faria investimentos bolsistas ou financeiros.

Enfim é o que temos. Podemos divergir mas estamos a falar de uma autarquia e estamos a falar de dinheiro público. E estamos a falar de dinheiro que deve reverter para benefício dos cidadãos no geral e da sua qualidade de vida.

Vou terminar com duas notas. O Filipe Thomaz perguntou o que é que teríamos feito sem o FAM. Eu recordar-lhe-ia que lê-se o FAM. Eu reacomodar-lhe-ia que lê-se as declarações do nosso município vizinho, Fernando Caçoilo. Se calhar tem lá muita matéria para avaliar.

Senhor Presidente, deixe-me que termine, dirigindo-me ao Senhor Presidente da Câmara, dizendo o seguinte: Nós estamos a terminar mais um mandato, é um gosto, eu não estou a

despedir-me ainda, nem sei se me vou despedir, mas é um gosto e foi um gosto ter estado na Assembleia Municipal ao serviço dos cidadãos de Aveiro. E acredite que fico eternamente condoído com a sua preocupação quando manifestou na última sessão e nesta sessão, sobre o meu retiro espiritual e sobre a minha necessidade profunda de me sentar nas últimas filas da desta Assembleia. Confesso-lhe que fico, a sério, sensibilizado. Enfim não vou dizer que vou chorar porque estaria aqui a mentir, mas fico sensibilizado. Mas deixe-me que lhe diga uma coisa. Se calhar as fontes de informação sobre o meu retiro espiritual estão avariadas e a precisarem de reparação."

Vogal Pires da Rosa (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴⁷

"Bem eu não venho acrescentar muito mais daquilo que disse o meu colega Francisco Picado. Mas queria só dizer isto ao Senhor Presidente da Câmara. Para já usou um termos, sei que não fez por mal, é até um termo que usa muito mas que eu particularmente não gosto. Eu não estou nada excitado com esta questão do PSD! Quer dizer, que tem havido novidades têm.

Ainda hoje houve uma reunião que acabou agora às 9 horas e que vai continuar segunda-feira só para discutir o ponto de Aveiro.

Mas isso não é uma coisa que me inquieta. Eu só me limitei a falar do elefante que está na sala. É só isso. Isto se não sabe é uma assembleia política. Não andamos aqui a brincar.

Fizemos aqui um número de que é um dia importante para Aveiro e o PS reconhece isso mesmo. Não está em causa isso como é evidente. Dum trajecto que Aveiro fez durante estes anos todos. Não é durante 8 anos! É durante os 16 anos. Não é só os 8 anos do PS. É durante os 8 anos do PS e os 8 anos do PSD/CDS seguintes.

Porque a intervenção do FAM, que teve a aprovação do PS, surgiu já no primeiro mandato deste presidente de Câmara. E ninguém se pode destacar aqui a dizer, porque este Presidente de Câmara de hoje amanhã vai embora, mas o PSD/CDS e o PS e as políticas autárquicas dos maiores partidos em Aveiro continuam. Vocês não se podem desassociar. Nem o CDS com certeza tirará a água do capote dos mandatos do Dr. Girão Pereira. No positivo e no passivo. Como é evidente.

Agora que o Eng. Ribau Esteves tem uma facilidade grande de dizer não foi comigo, foi o Dr. Élio Maia que fez asneira suportado por quase vocês todos que aí estão, é mais fácil para o Eng. Ribau Esteves.

Mas não é fácil para o PSD. E foi no PSD que as pessoas votaram. Essa é que é a questão.

Como nós, PS, também temos, com o Dr. Alberto Souto trouxe muito activo para a autarquia. Trouxe perspectiva, visão, abertura para a cidade.

Dirão uns. Em 8 anos desenvolvemos muito rapidamente com uma capacidade d investimento que a autarquia não estava preparada para fazer. Tivemos ainda por cima um azar objectivo de uma crise económica que surgiu nos anos de 2001, 2002, 2003, e 2004. Que nos apanhou desprevenidos, com uma capacidade de indevidamente tomada e que depois vem o Dr. Élio Maia.

Mas deixámos passivo na autarquia que não é o que vocês dizem que foi de 250 milhões. Foi auditado e são 167 milhões de euros. E se disserem assim: 167 milhões de euros eu não percebo qual é o nexo de aumentar a dívida. Porque aquele valor já é elevado. É elevado na mesma. Mas deixamos ativos para segurar isso.

Agora depois de volvidos 8 anos do Dr. Élio Maia e é a ultima vez que vou falar sobre isto porque já não tenho paciência nenhuma para isto. Durante os 8 anos do Dr. Élio Mais a dívida não mexeu quase. Ao contrário de agora com o Eng. Ribau Esteves, estou-lhe a dar um apoiozinho dentro do partido em relação ao que foi o seu mandato e ao que foi o mandato de Dr. Élio Maia.

O problema é que o seu trajecto está fechado, está fechado. E é o futuro que aí vem. As pessoas não vão votar para avaliar os seus 8 anos que correram bem. As pessoas vão votar no que é que querem para os próximos 4 anos.

O Senhor Eng.º Ribau Esteves, e o PSD e o CDS, nesta coligação 1 ou 2 ou do que quer que seja, o que nos promete é um buraco no Rossio; uma requalificação da Avenida que está em curso e que foi descaracterizada em relação ao que é a estrutura da cidade — e pouco mais Senhor Presidente!

Esta é que é a grande questão. O que é que vamos fazer? Que Aveiro queremos para o futuro? Esta é uma Assembleia política, as eleições estão aí à porta, o PS faz a sua discussão interna entre os seus, e é absolutamente manifesto (desculpem lá estar a falar do elefante na sala) mas o PSD1 não se entende com o PSD2. Desculpem lá."

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴⁸

"Muito o brigado Senhor Presidente. É bom chegar a este ponto e ouvir o PS a reconhecer que de facto foram 8 anos positivos deste executivo na Câmara de Aveiro.

Eu não sei se as palavras do Pires da Rosa vinculam o PS ou não, porque já nem entendo. Mas é bom ouvir que há aqui um movimento positivo nestes dois mandatos.

Eu gostava de dizer isto para não passar uma mensagem errada. Quando referi à bocado de o povo ser mais criterioso, é da mesma forma que digo que os políticos têm de ser mais responsáveis na gestão da causa pública.

Eu acho a democracia maravilhosa, pode ser imperfeita mas é o melhor que nós temos. Há espaço para tudo. Há espaço para os que pensam que mais estado é melhor, outros que acham que mais iniciativa privada é a melhor. O que eu digo é que há um conjunto de princípios na gestão que deveriam ser transversais a qualquer força política.

Por que aqueles que alguma vez tiverem responsabilidades governativas, seja ao nível de uma Juntas, seja ao nível de uma autarquia, ou ao nível do país, estes princípios de gestão deveriam mantê-los. Por respeito aos cidadãos para criar bases de crescimento e não estar sistematicamente a viver de mão estendida, de bancarrota em bancarrota. Disto é que estamos todos fartos.

E eu gostava sinceramente que toda a classe política assumisse esta responsabilidade desta forma, para que possamos efectivamente crescer e dar melhor futuro aos nossos filhos. E não ter por aí a malta que acaba as licenciaturas e tem de se pirar lá par fora porque aqui não há emprego qualificado e vivemos de mão estendida. Foi isto que quis dizer."

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁴⁹

"Muito obrigado a todos. Muito obrigado por este bom debate e por este bom momento. No fundo estamos todos felizes e contentes por termos este documento.

Isto é verdadeiramente o que interessa. O Pires da Rosa, verdadeiramente (gosto muito de si, já lhe disse isso) acho-lhe graça. Acho que você vive isto com seriedade e tem alguma piada. Agora o único elefante que se viu hoje na sala foi Vexa no sentido figurativo, entenda-se. Eu não vi mais nenhum!

Veja lá é se Vexa não se pisa a si próprio. É estranho que o único candidato que Vexa não vê é o do seu Partido!?! É muito estranho.

Mas pronto vê o quiser, cada um olha para o que quiser, o meu amigo anda à procura de um elefante. Mas eu hoje só vi um na sala que foi exactamente Vexa que tenta trazer para aqui algo que faz parte do processo político. Obviamente que faz parte do processo político. Essa agora.

Mas saiba que o momento político aqui é outro momento. E aquilo que eu tiro e agradeço a todos, é esta nota clara e cristalina, deste documento. Este documento diz a verdade sobre aquilo que foi o ano de 2020 nas realizações e na performance financeira e, é muito bom, termos chegado até aqui.

Pronto, depois há algumas perspetivas diferentes a vários níveis. Naturais. Era o que mais faltava, ninguém o imaginaria de outra forma.

Mas o essencial é o que interessa. E permita-me que não vos acompanhe nesta coisa do Alberto Souto e do PS e do Élio Maia. Porque uma das coisas que a nossa governação trouxe é o fim dessa conversa.

Não vale a pena, a história é a história. Só temos que a saber receber, na herança que nos entrega mandato a mandato e trabalharmos para a qualificar.

Nós sabemos que acabamos este trabalho, nesta etapa, mas que é preciso continuar para a etapa seguinte, porque a Câmara de Aveiro se despistou de forma grave. E isso foi responsabilidade do Presidente Alberto Souto e da governação do Partido Socialista. Sabemos que o Presidente Élio Maia e a governação que ele liderou do PSD/CDS melhorou relevante, forma relevante, a performance financeira da nossa Câmara, mas não conseguiu resolver o problema.

E nós, aquilo que assumimos foi aquilo que cumprimos. E é isto que interessa para nós autarcas e aos nossos concidadãos. Assumimos um compromisso e honramos o nosso compromisso.

Fizemos assim no mandato anterior e estamos a fazer assim neste mandato. É apenas isto que interessa no balanço e no fecho deste bom debate, em que ninguém beliscou a verdade formal e substantiva. Apenas cada um, na visão da sua perspetiva política, olhou como muito bem entendeu.

E é isto que é importante. Porque aquela discussão absurda de que a dívida era de 250 ou 170, de que devemos muito a gente boa ou a gente má, que pagamos aos amigos e não pagamos aos inimigos, etc, etc. Ouçam agora é tão diferente para muito melhor o ambiente político que nós temos para debater. A nossa vida, a vida da nossa Câmara, dos nossos cidadãos.

Hoje, quando de facto fazemos história com esta discussão e com esta verdade que ninguém discute. O que seria grave e perigoso era estarmos aqui a discutir "não, não, senhor presidente o senhor diz que rácio é 1,4 mas faça lá bem a conta porque é 1,7". O Senhor diz que a dívida fica em 78 milhões mas olhe que é mentira porque ali no quadro tal está não sei o quê — e andarmos nisto.

Arredondando a conversa, isso acabou. E portanto há aqui rigor, há aqui transparência, e há aqui honra e lealdade para com aqueles que são a justificação de tudo e de todo o nosso trabalho que são os nossos concidadãos.

E isto é válido porque é um momento muito positivo. Eu diria até, de forma muito simbólica, arrumámos as contas com o passado. Ninguém o limpa, passado é passado — a história fica aí contada nos documentos, nas actas, é o que é.

Mas estão as Contas arrumadas. Não é preciso discutir mais. É preciso seguir em frente e nós agora, temos condição, neste ano de 2021 que estamos a viver, em cima daquilo que realizámos em 2020, que obviamente não foi fruto só do trabalho de 2020, foi o acumulado, temos mais capacidade de seguir em frente. Isto é de uma importância capital, fundamental, para fazermos ainda mais, para fazermos ainda melhor em todas as áreas da nossa governação — e é isso que vai acontecer.

Vamos ser capazes de fazer mais e fazer melhor pela nossa terra como sempre gostamos de dizer.

Francisco Picado só nos seus problemas que se mantêm de erro de contas, foi Vexa que disse que iríamos gastar 12 milhões no Rossio! Mas corrigiu-me a dizer, não Senhor

Presidente o Senhor não vi gastar 7 milhões no ferry, porque só vai gastar a contrapartida nacional que é mais ou menos 60% desse valor (acrescentei eu agora). Mas olhe, no Rossio também não é de 12 milhões. Porque 4 milhões e meio, vamos receber fundos comunitários uma parte e do privado outra parte.

Portanto, está a ver, quando eu digo o valor é o valor total do investimento. Sabendo que nestes dois, como noutros, do nosso investimento, somos nós que lá pomos tudo, conseguimos ir buscar outras fontes. Só para sermos rigoroso. Porque compreendo a sua baralhação que é um clássico, mas nos últimos tempos um bocadinho mais agravada.

E quanto às minhas fontes elas foram suas durante muito tempo. Eu sou sempre uma pessoa muito respeitadora das boas relações institucionais, embora também sou uma pessoa exigente naqueles que são servidores do Estado, que de repente deixam de ser e não prestam contas a ninguém. E eu isso contesto.

Isso contesto porque serviço público não é só relevante quando se entra. Não, não, serviço público é muito relevante quando se sai ou quando se prestam contas que estamos aqui a fazer.

Quando se entra, como alguém disse, as palavras de entrada devem ser sempre poucas. As que devem ser muitas são as de saída. Com este documento marcamos a saída de uma fase da nossa vida. E a partida na prática já começou no início deste ano. Faltam agora as formalidades para uma fase nova de uma Câmara mais capaz.

Nestes dois mandatos aconteceu-nos de tudo. No primeiro, enfim, andámos a arrumar a casa, porque não foi só a reforma financeira. A reforma orgânica foi muito mais importante e muito mais difícil fazer. Muito mais que a financeira, mas fizemo-la.

Tivemos que a consolidar neste mandato que estamos a viver e lançar a Câmara para um período de investimento forte, que é onde estamos. E vamos continuar a estar e a prosseguir este caminho, tendo a certeza absoluta que ganhamos a capacidade de prosseguir este caminho.

Portanto, Senhor Presidente e caros colegas autarcas, quero deixar essa palavra de agradecimento, de partilha entre todos nós da felicidade do momento, mas muito especialmente para aqueles que são os nossos concidadãos, sabendo que vamos continuar com a mesma determinação, reduzir a nossa dívida, a combater o Covid, a crescer em investimentos, materiais e imateriais nos quatro cantos do nosso município e em todas as tipologias.

Vamos continuar a lutar pela nossa candidatura para sermos Capital Europeia da Cultura em 2027. Vamos continuar a trabalhar arduamente para qualificar o nosso Parque Escolar que ainda tem muito para ser qualificado. Vamos estar em todas as frentes com grande intensidade e em parceria. Em equipa. Com as nossas associações, com as nossas juntas de freguesia, com as nossas empresas, com toda a gente, com todas as entidades que queiram vir por bem.

Vão ter notícias brevemente, falámos muito do IHRU e da habitação e vão ter notícias porque as pessoas lá perceberam que temos é mesmo de dialogar. E não nadar só a dizer umas coisas na Assembleia da República, ou no jornal para destabilizar. Já perceberam que nós já tínhamos percebido antes, e um dia destes vamos estar aqui a falar disso para que as coisas corram bem. Nesta lógica somada de que somos todos Portugal e nós estaremos sempre disponíveis para cooperar com o governo do país, sem politiquice, mas com política ao mais elevado nível, gerindo bem o interesse de todos em parceria com o Governo de Portugal que tem uma responsabilidade importantíssima também para a nossa vida de municípios de Aveiro. E é nesse caminho bom que nós vamos continuar. Obrigado a todos."

Membros da Assembleia

Vogal Francisco Picado (PS) — Nos termos do artigo 34.º do Regimento:⁰⁵⁰

"Lamento que a esta hora da noite a reunião terminar assim, mas é escolha sua Senhor Presidente. O Senhor invocou a minha pessoa em termos de actos público que não tem nada a ver aqui. Mais, o Senhor insinuou, vou repetir, o Senhor insinuou que eu cessei as minhas funções sem prestar contas!? O Senhor insinuou que eu cessei as minhas funções sem prestar contas. Fique o Senhor sabendo e eu agradeço que todas estas afirmações fiquem todas lavradas em acta, para os efeitos que eu bem entender dar num futuro, fique o Senhor sabendo que eu prestei contas a quem tive e a quem tenho que prestar no exercício dessas funções. Pode estar o Senhor descansado que assumo a responsabilidade de todos os meus actos como sempre o fiz no exercício de funções públicas. O que o Senhor tem de meter na cabeça Senhor Presidente é que eu não sou seu laçaio. Percebe! E a si, nas funções que desempenhei não lhe presto contas nenhuma, nenhuma. E não lhe admito, não lhe admito, que volte a tecer insinuações dessas aqui. Se tem alguma coisa a dizer ou a apresentar, ou se acha que como cidadão tem o direito de o fazer, ou se tem o conhecimento como cidadão que eu não prestei as contas que devia, faça o favor de ir no sítio certo colocar essas questões e não insinue porque eu não lhe admito isso. Estamos entendidos?"

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁵¹

"Eu queria só explicar aos cidadãos que nos estão a seguir e que não perceberam nada do que se passou aqui, que aquilo a que se referiu o Senhor Francisco Picado (ouvem-se vozes). Pare com a excitação! Enfim o tempo também ajuda a aclarar. Para as pessoas perceberem porque a pessoas não percebem porquê. Porque não foi notícia. Foi escondido das pessoas que o Dr. Francisco Picado não foi reconduzido como Administrador do Centro Hospitalar do Baixo-Vouga. Foi notícia que a Senhora Presidente e mais duas pessoas administradoras foram reconduzidas. Foi notícia que o Director Clínico Dr. Frederico Cerveira, excelente Director, só lhe temos de agradecer, pediu para sair porque está à beira da reforma. Mas não foi notícia que o Administrador Francisco Picado, do Partido Socialista, saiu e não foi reconduzido pelo seu próprio Governo, pelo seu próprio partido!?"

É só para toda a gente saber o que é que está aqui em causa. Quanto a contas eu não falei de contas financeiras (ouvem-se vozes). Ó Senhor Doutor acalme-se lá Vexa. Acalme-se lá que o mundo não acaba hoje. Eu ouvi o seu protesto tranquilamente e calado e estou a responder porque é meu direito e Vexa não se cala! É também um preceito de má educação. Vou terminar. Eu não o interrompi portanto não aprendeu comigo de certeza absoluta. Vou terminar dizendo que é importante na política que, quando nós entramos dizer que entramos. E quando saímos dizer que saímos. E escondeu-se isto!? Não houve jornalista nenhum, não houve ninguém que dissesse isto. Porquê? É chato! É chato não ser reconduzido ainda-por-cima quando é o nosso Partido que diz não. Um abraço."

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa colocou⁰⁵² à votação o Ponto 3 - Apreciação e votação do Relatório de Gestão, Prestação de Contas, Balanço Social e Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respetiva avaliação, de 2020, da Câmara Municipal de Aveiro, sendo a proposta aprovada por maioria, com vinte e quatro votos a favor (PSD16+CDS6+IND1+PS1), zero abstenções, e doze votos contra (PS8+BE2+PCP1+PAN1).

Não houve declarações de voto.

Continuando o Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos da segunda reunião da Sessão Ordinária de Abril, informando que os trabalhos da Sessão⁰⁵² nos termos regimentais, continuam no dia 30ABR2021 (sexta-feira), no mesmo local.

Eram 24:00 horas do dia 23 de Abril de 2021.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, nos termos do disposto no artigo 45.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, coordenador da subunidade da estrutura orgânica de Apoio ao Presidente e à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(3:30)